

A ECONOMIA AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL E A GRANDE DEPRESSÃO: 1920-39

*João Carlos Brum Torres**

Apresentação

Em 1978, a Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola (SUPLAN), do Ministério da Agricultura, contratou com o Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA), da Escola Interamericana de Administração Pública (EIAF), vinculada à Fundação Getúlio Vargas, a execução do "Projeto Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira (PERSAGRI)".

A realização do trabalho foi distribuída entre um núcleo central e cinco equipes regionais. A coordenação da análise da Região Sul foi confiada à Maria Domingues Benetti, que constituiu um grupo de trabalho integrado por Cláudio Schuller Maciel, Eduardo Augusto de Lima Maldonado Filho, Paulo de Tarso Loguércio Vieira e por mim, João Carlos Brum Torres. A Nelson Giordano Delgado, coordenador do CPDA, coube a supervisão do trabalho sobre a Região Sul.

A pesquisa, abarcando o período 1920-75, foi completada em seis meses e materializou-se em quatro volumes. O primeiro é um estudo descritivo — com base em dados censitários — da expansão da fronteira agrícola nos três estados da região. Os demais tratam, distributivamente, do desenvolvimento do Setor Primário no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

O texto ora publicado é o primeiro capítulo do volume intitulado "Evolução Recente do Setor Agropecuário do Rio Grande do Sul — 1920/1973". Sua concepção e redação foram basicamente minhas, ainda que, sem o concurso de Maria Benetti e Eduardo Maldonado — que puseram ordem em meus números, cálculos e tabelas —, não fosse possível a sua realização. Seus defeitos saltam aos olhos e, não fosse a pertinaz e amável insistência do Coordenador Editorial desta revista, meu amigo Rubens Soares de Lima, sua divulgação teria ficado limitada às poucas cópias xerográficas do PERSAGRI, as quais se encontram ou com os autores ou nos arquivos das instituições direta ou indiretamente envolvidas com o Projeto.

Concordei com a presente publicação porque estou convencido de que a escassez da investigação sobre a história econômica do Rio Grande do Sul faz com que até mesmo a divulgação de trabalhos de circunstância

* Professor do Curso de Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia Política da UNICAMP.

adquirir sentido. Ademais, tenho a esperança de, entre alguns acertos, ter cometido erros provocadores, passíveis de correções fecundas.

É claro que entre esses não se incluem nem a superestima do grau de modernização da lavoura orizícola nem a insinuação de esgotamento da fronteira agrícola estadual já ao final dos anos 30. Outro ponto problemático diz respeito à confiabilidade dos dados apresentados no trabalho do INCRA intitulado "Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais, Sócio-Econômicos e Institucionais do Rio Grande do Sul", Volume 2, em que nos apoiamos.

Com efeito, quando da apresentação do volume do PERSAGRI sobre o Rio Grande do Sul, em reunião na SUDESUL, o Professor Cláudio Accurso ponderou que não era verossímil tivesse a economia estadual ficado em posição tão inferior à média nacional no período 1920-39, sobretudo tendo em vista o desempenho das exportações. Levando a sério essa observação de bom senso, Maria Benetti procurou checar os pontos extremos das séries de produção, apresentados no trabalho do INCRA, com os dados constantes dos Censos dos anos 20 e 40. Sua conclusão foi no sentido de que os números das duas fontes tendem a se aproximar, exceto no caso da mandioca e naquele, importantíssimo, do milho, para o qual os dados censitários sugerem um desempenho consideravelmente melhor.

Seja como for, a retomada do texto — que se impunha certamente — obrigá-me-ia a temerariamente regressar à fascinante, mas traiçoeira, província econômica, da qual, em função tanto de minha volta à Universidade e ao magistério da Filosofia quanto do conseqüente ressurgimento de interesses teóricos mais antigos, me afasto de maneira já irreversível. Este fragmento de texto que os Ensaios FEE ora divulgam vai, portanto, na mesma forma com que consta no estudo de 1978. Aos críticos, pois, as correções.

Introdução

Não se entenderá a importância destas duas décadas na história do desenvolvimento rio-grandense, se não se tiver presente que, desde o fim do Império e durante pelo menos dois terços do primeiro período republicano, se aproveitou o Estado dos benefícios de um período de forte dinamismo econômico, seja no setor agrícola, seja no que diz com a produção industrial.

As evidências estatísticas a esse respeito são escassas como, aliás, seria natural esperar. Não obstante, Joseph Love — sem dúvida um dos melhores dentre os estudiosos da história rio-grandense — julgou-se habilitado a afirmar que "... a posição relativa do Rio Grande do Sul melhorou consideravelmente durante a República Velha", tendo mesmo ocorrido que, "... do sexto lugar em valor da produção agrícola, subiu para o terceiro em 1920, a mesma posição que ocupou em valor total de produção" (Love, 1975, p.133). Além disso, segundo dados relativos à tributação — aspecto mais conhecido do universo econômico da época e para o qual a documentação é mais abundante e acessível —, a situação não se altera, tendo o Rio Grande do Sul passado ao segundo lugar, tanto em arrecadação estadual (em 1920, a posição coubera a Minas Gerais) quanto nos montantes arrecadados pelo Governo Federal em seu território, os quais cor-

respondiam, como se sabe, principalmente aos direitos sobre importação e subsidiariamente ao imposto de consumo.

Embora os dados apresentados por Love não sejam conclusivos e sua avaliação peque por demasiado otimismo, não parece haver dúvida de que o Rio Grande do Sul teve um desempenho econômico bastante razoável no primeiro quartel do século XX. Os dados arrolados por Hercílio I. Domingues (Domingues, 1929) sobre as exportações estaduais de 1907 a 1927, por exemplo, indicam uma taxa anual de crescimento físico das exportações de 5,4%.¹

Por outro lado, que houvesse limites já então muito evidentes ao desenvolvimento econômico estadual e, sobretudo, que a situação já começasse a se deteriorar desde os anos 20 é o que fica muito claro quando lembramos que a participação rio-grandense no produto industrial brasileiro declina de 13,5% em 1907 para 11,1% em 1919 e para 9,8% em 1939 (Cano, 1977, p.296, tab.59). No mesmo sentido testemunham os dados da balança comercial entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, na evolução da qual o superávit dos anos 1909-11 (3.700 contos) e 1922-26 (25.500 contos) transforma-se nos déficits dos períodos seguintes (menos 24.800 contos no período 1930-34, menos 138.000 em 1935-38 e menos 141.600 contos entre 1943 e 1944).

De qualquer modo, é certo que neste período o Rio Grande do Sul diversificou sua estrutura produtiva, quer de bens agrícolas, quer de manufaturados simples. Também é certo que aumentou, significativamente, suas exportações e diversificou bastante seus compradores (Domingues, 1929). Esse foi o tempo em que a economia estadual granjeou a reputação de ser o "celeiro" do Brasil, não sendo inútil lembrar, como faz Castro, que "...ainda às vésperas da Grande Depressão (1929) o Rio Grande do Sul era o maior produtor nacional de milho, trigo, batata, uva, cevada, aveia, vinho e charque" (Castro, 1971, p.57).

Tampouco parece haver dúvida, porém, de que a partir de meados da década de 20, se não antes, a evolução rio-grandense tendeu a se estabilizar, tendo sido interrompida a dinâmica de ganhos relativos do Estado, comparativamente ao resto da Federação. Os dados referidos acima sobre o comércio com São Paulo são, sob este aspecto, da maior relevância.

O propósito deste trabalho, no entanto, manifestadamente não pode ser uma análise completa dessa reversão da tendência histórica de desenvolvimento do Estado. Limitar-nos-emos, nesta primeira parte, a um exame do setor agrícola, o qual, nem por ser algo detalhado, deixará de ser perfunctório, dadas as limitações da informação estatística existente, os prazos previstos para o desenvolvimento da pesquisa, a necessidade de trazer o trabalho até o período contemporâneo e as impossibilidades conseqüentes, quer de aprofundar as comparações entre os desempenhos da economia gaúcha e o das demais unidades da Federação, quer de mergulhar no campo das informações históricas contextuais, sobretudo de caráter político-institucional.

Subdividiremos esta primeira parte do trabalho em dois capítulos. O primeiro cuidará de recuperar e resumir a evidência disponível sobre o de-

¹ Observe-se que o crescimento do valor das exportações, mesmo a preços correntes, foi muito menos dinâmico, evoluindo à taxa de 3,5% a.a.

envolvimento do Setor Primário estadual. O segundo tratará de aventar e discutir algumas hipóteses e idéias capazes de lançar alguma luz sobre estes surpreendentes e enigmáticos 20 anos de estagnação da produção agrícola e da pecuária rio-grandense.

O capítulo sobre as evidências será dividido em três grandes incisos: o primeiro resumirá a descrição do processo de evolução da lavoura gaúcha feito pelo INCRA (INCRA, 1973, v.2); o segundo tratará de respigar e reunir a informação disponível sobre a pecuária estadual no período; o terceiro, enfim, ocupar-se-á de sumariar a informação relativa às exportações do Estado.

O segundo capítulo, por sua vez, também será tripartido, tendo uma parte dedicada à análise da lavoura colonial, uma segunda referida à lavoura arrozeira e uma terceira dedicada ao exame da racionalidade operativa da pecuária extensiva.

1 — As Evidências

O desempenho da lavoura

Em 1920, as principais linhas de produção na agricultura estadual, segundo a grandeza do Valor Bruto da Produção (VBP), eram as seguintes: milho (46,4%), arroz (11,0%), feijão (7,2%), mandioca (6,5%), trigo (6,1%), batata-inglesa (3,6%), uva (3,2%), fumo (1,4%) e cebola (0,7%).

Em 1939, não só essa ordem havia-se alterado consideravelmente, como era também diversa a posição de cada um dos produtos no conjunto deles. Em primeiro lugar continuava o milho, mas com sua participação reduzida praticamente à metade (23,6%). O arroz manteve a segunda posição, ganhando em importância (passou a 18,7%). Em terceiro lugar estava o fumo, cujo crescimento explosivo elevou sua participação a 8,6%. A batata-inglesa vinha a seguir com 6,7% e tendo ganho duas posições. Logo após se situava o feijão, rebaixado da terceira para a quinta posição (6,5%). O sexto lugar passou a ser ocupado pela uva que, como a batata, teve sua participação duplicada (6,3%). O trigo, embora tivesse mantido sua posição na participação percentual (6,2%), caiu para a sétima posição. A mandioca classificava-se a seguir, com 5,9% e decaindo para o oitavo lugar. Por último, vinha a cebola que, apesar de um fortíssimo incremento percentual (passou de 0,7% para 3,1%), não conseguiu deixar de ser o menos importante dos produtos considerados (INCRA, 1973, v.2).

Essas alterações na ordem de importância dos diferentes cultivos, assim como as substituições de atividades nelas refletidas, ao contrário do que talvez se pudesse imaginar, não foram acompanhadas por variações significativas no comportamento global da lavoura, ressalvada a produção física, que declinou sensivelmente.

O que mais ressalta no período é justamente a estagnação da área cultivada, o VBP e a depressão do produto físico. A Tabela 1 (Anexo Estatístico) resume os principais dados a esse respeito.

O ajustamento desses dados, através da equação da reta, feito pelo próprio INCRA, permite que se precise o seguinte: a área e a produção física tiveram crescimento negativo no período, respectivamente, de -3,5

e -5,7%; já o VBP cresceu ligeiramente, a uma taxa anual de 0,5%, embora, se referido à população do Estado, tenha também decaído.

A comparação com os indicadores de desempenho do Setor Primário nacional comprova que a longa e profunda estagnação da lavoura rio-grandense é um fenômeno localizado.

Com efeito, os índices do produto agrícola — tanto o apresentado por Cláudio Haddad (Haddad, 1977, p.147) quanto o calculado por Villela & Suzigan (IPEA, p.426-7) — mostram que o comportamento da agricultura brasileira, embora não tenha sido especialmente brilhante nas duas décadas em questão, esteve muito distanciado da depressão rio-grandense. Entre 1920 e 1939, o Índice de Haddad apresenta uma taxa geométrica de crescimento de 3,3%, valor cuja correção, baseada no ajustamento da série dos números relativos fornecidos, baixa para 2,82%. Já o Índice de Villela & Suzigan apresenta valores algo mais baixos, uma taxa de crescimento de 2,93% para o produto real agrícola e de 1,66% para o índice de preços correspondente. O ajuste da série apresentada por Villela dá lugar, também, a uma diminuição da taxa de crescimento do produto real, que cai para 2,61%.

Os dados disponíveis para as lavouras de mercado interno (Villela & Suzigan, p.426-7) — evidentemente mais adequados a uma comparação, cujo escopo é avaliar o desempenho unicamente da lavoura gaúcha — não discrepam, acusando um crescimento anual de 2,35% (taxa geométrica) para o índice de quantidades e de 1,01% para o índice de preços (valores não corrigidos).

Um exame desagregado, referido ao desempenho de cada uma das linhas de produção que estamos a considerar (Tabela 2), permite decompor, agrupar e resumir os indicadores do fracasso da lavoura estadual da seguinte maneira: há grandes decréscimos na produção física do milho (-43,5%), do trigo (-34,0%), da mandioca (-43,5%) e do feijão (-9,4%); há significativas reduções na área e no VBP do milho (-16,6% e -48,4% respectivamente) e da mandioca (-58,0% e -8,2% respectivamente).

A primeira e mais imediata conclusão a extrair dessas evidências é a de que os segmentos mais significativos da lavoura gaúcha — notadamente o milho e excetuado o arroz — tiveram um desempenho desastroso, marcado por um forte decréscimo da produtividade física. Os resultados são não foram piores graças a uma evolução de preços, que sustentou a produtividade econômica e que deve ter preservado a renda global do setor.

Também significativo parece ter sido o desempenho de alguns cultivos menores, principalmente o fumo, cuja área, produção e VBP cresceram, respectivamente, 89,6%, 104,3% e 502,7%. Também a cebola, a uva e a batata-inglesa devem ser incluídas nesse grupo. A área, a produção e o VBP da primeira cresceram, respectivamente, 97,3%, 70,4% e 313,4%. Já para a uva, os incrementos correspondentes foram de 99,3%, 71,3% e 97,4%. A batata-inglesa, por fim, teve sua área de cultivo aumentada em 29,1%, a sua produção em 70,3% e seu VBP em 97,4%, constituindo-se, portanto, junto com o arroz e o fumo, num dos poucos cultivos em que houve aumento da produtividade física.

É evidente, contudo, que a "performance" satisfatória desses produtos — mesmo se a ela acrescentarmos os razoáveis resultados do arroz — não foi suficiente para anular a tendência recessiva do conjunto da lavoura rio-grandense.

Entender as razões desta longa estagnação, este é o desafio a que cabe responder. Antes de nos arriscarmos nessa tarefa ingrata, é conveniente, no entanto, verificar qual foi a evolução do outro macrosegmento do Setor Primário estadual, qual foi o comportamento da pecuária.

O desempenho da pecuária

Preliminarmente, é necessário observar que a evidência sobre a produção agropecuária é muito mais dispersa e lacunar do que a respectiva ao sub-setor lavoura, não podendo deixar de ser, também, conseqüentemente, muito menos consistente e conclusiva.

Além disso, há a ponderar o fato de que, necessariamente, variam os critérios para a aferição do rendimento de cada rebanho. Assim, por exemplo, se para bovinos e suínos a relação entre os abates e os efetivos totais é de grande importância, para o julgamento da ovinocultura a mesma relação é muito menos relevante.

De qualquer modo — e embora tendo muito presente, além dessas limitações, aquelas originadas na incerta confiabilidade das fontes estatísticas —, não só procuramos agrupar as evidências que estiveram ao nosso alcance, como também ousamos delinear uma avaliação geral sobre o desempenho do setor no período 1920-39.

No que diz respeito à bovinocultura, os dados essenciais encontram-se na Tabela 3 do Anexo Estatístico.

O exame da série relativa à evolução do rebanho sugere, naturalmente, a partilha do período 1920-39 em dois subperíodos proporcionados e de tendência oposta. De 1920 a 1930, com efeito, os efetivos bovinos crescem à taxa geométrica anual de 1,5%, passando de 9.171.700 a 10.672.650 cabeças. De 1930 a 1939, a tendência é negativa e mais acelerada, com o rebanho decrescendo à taxa de 3% ao ano. Ajustando linearmente a série toda (mínimos quadrados, equação da reta), tem-se uma variação anual negativa de 0,74% e um decréscimo total do rebanho de 15,53%.

A série relativa ao abate, todavia, evolui dissociadamente dos movimentos que caracterizam e afetam o desenvolvimento do rebanho. Entre 1920 e 1930, é possível divisar, com efeito, três períodos perfeitamente distintos: o primeiro deles, que vai de 1920 a 1925, é marcado por forte tendência ao aumento do abate, que passa do relativo 100 em 1920 a 163 em 1925, crescendo à taxa geométrica anual de 1,10%; o segundo subperíodo, demarcado pelos anos 1926 a 1934, caracteriza-se pela diminuição do ritmo da matança, que passa a ter como número relativo médio 112 (ainda, naturalmente, tomando-se o ano de 1920 como igual a 100); o terceiro subperíodo (1935-39) evidencia, enfim, uma forte elevação dos abates, que passam a ter o relativo 142 como ponto médio.

A taxa de desfrute acompanha, a grosso modo, as flutuações do abate, tendo tido, também, um período de incremento contínuo entre 1920 e 1935 (eleva-se a taxa geométrica de 1,08 ao ano), um período de regressão — no qual ela desce da marca dos 14,0% em 1925 para uma média, entre 1926

e 1934, de 9,4% — e um período final, entre 1935 e 1939, de crescimento muito forte, ficando a taxa média nestes anos na marca dos 14,5%.²

Para a suinocultura, a evidência coletada — mais escassa e problemática do que a que conseguimos reunir sobre a pecuária bovina — encontra-se na Tabela 4 do Anexo Estatístico.

Considerando a série relativa à evolução do rebanho, vê-se que seus efetivos se mantiveram praticamente estáveis entre 1920 e 1930. Entre essa data e 1939 decaíram à taxa geométrica anual de -4,1%. Tomando-se os pontos extremos da série, a taxa de involução é de -1,75%.

Os dados relativos ao abate indicam uma aceleração intensa na segunda metade da década de 20, e um decréscimo acentuado no fim do período.

A taxa de desfrute, no entanto, parece ter-se mantido num nível próximo aos 27% a partir de 1926, com um ponto de máximo no último ano da série (30,6%).

O desempenho da ovinocultura parece ter sido algo mais positivo que o de suas congêneres. A Tabela 5 reúne o conjunto da evidência que conseguimos agrupar a propósito.

Em relação à evolução do rebanho, o que ressalta à primeira vista é o contraste entre o longo período de crescimento estável e contínuo — que vai de 1920 a 1934 (à taxa geométrica anual de 4,01%) — e o acelerado declínio do final do período (-6,6% ao ano).

A produção de lã, por sua vez, parece ter passado, também, por duas fases nitidamente distintas. Na primeira delas, que vai de 1920 a 1928, cresceu à taxa geométrica anual de 7,8%, passando do relativo 100, em 1920, para 182 em 1928. Observada a mesma evolução em termos de valor, tem-se um desempenho ainda mais positivo, com um crescimento à taxa de 6,8%, e os números relativos passando de 100 a 224 no mesmo intervalo. No ano de 1929, há uma queda brusca na produção, que cai 19,0% em relação ao ano anterior. Os dados disponíveis seguintes são referentes aos anos de 1938 e 1939, situando-se, no que diz respeito à produção física, abaixo do nível alcançado em 1929 (10.532 e 10.636 toneladas, respectivamente, contra 11.658 toneladas). Nessas condições, parece razoável supor que 1929, além de ser um momento de queda na produção, representa o ponto de partida de uma tendência involutiva na produção de lã.

Os dados relativos ao valor da produção em 1938 e 1939, por contraste, tendem a indicar que, em termos de valor, a evolução foi diversa. Na falta de evidências relativas aos anos de 1930 a 1937, o que se pode observar é que já a proporção da queda de preços de 1929, em relação ao nível alcançado em 1928, havia sido menor do que a da produção física (-14,2% contra 19,2%). Além disso, os valores para os anos finais indicam um salto nos preços que, nos 10 anos que separam 1929 de 1939, se elevaram 38,6%.

O indicador de produtividade lanígera, representado pelo quociente da divisão da tonelagem de lã produzida pelo número total de ovinos, não

² Essa variação no comportamento desses diferentes indicadores não comporta explicações simples, estando inexplicavelmente ligada ao movimento das exportações estaduais e, pela mediação dessas, aos macroacontecimentos econômicos e políticos que compõem a conturbada história mundial no período. Mas tudo isso se verá adiante.

parece ter sofrido modificações substantivas no período, visto que a diferença da média dos anos 1920 e 1929 (1,67kg por cabeça) e a dos anos 1938 e 1939 (1,75kg por cabeça) é pequena.

Não é difícil perceber, a partir desta avaliação do desempenho dos três principais rebanhos, que a pecuária estadual, embora evolua de maneira e em ritmos diversos da agricultura, é marcada também por uma acentuada depressão. A diferença principal com relação à lavoura encontra-se, no entanto, no fato de que a quebra da pecuária é posterior a 1930, tendo sido, além disso, antecedida por um período de prosperidade.

As exportações

Considerado o elevado grau de abertura da economia rio-grandense, a primeira linha de pesquisa com vistas à elucidação dos fatores determinantes do longo período depressivo que acabamos de caracterizar não pode deixar de ser um exame das exportações estaduais.

A importância do comércio externo³ para a economia gaúcha — e, dentro dele, dos produtos lavoureiros ou agroindustriais — é histórica e de há muito reconhecida. Assim, por exemplo, de acordo com dados apresentados na mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado, pelo Executivo Estadual, no ano de 1930, a participação do valor das exportações, relativamente ao valor do produto real, estava ao redor de 25%.⁴ As estimativas atuais sobre o coeficiente exportações/produto indicam cifras da ordem de 33% na década de 60 e com valores ainda mais altos em anos mais recentes — 38% em 1969 e 51% em 1972.

Paradoxalmente, no entanto, a análise dos dados relativos às exportações revela não terem elas acompanhado o movimento depressivo que caracterizou a economia do Estado no período.

Assim, a evolução do valor total das exportações foi francamente positiva no período, evoluindo à taxa geométrica de 6,5% ao ano, atestando que as perdas havidas no comércio exterior propriamente dito foram perfeitamente compensadas pelas vendas nos grandes centros consumidores nacionais.⁵

Consideradas, por outro lado, as "performances" dos 10 produtos mais importantes na pauta de exportações, veremos que, para todos eles, as taxas de crescimento, sejam as referentes às variações nas quantidades, sejam às no valor, cresceram significativamente. Além disso, nos casos em que foi possível obter dados para o cotejo entre produção e expor-

³ Entende-se por "comércio externo", no contexto desta análise, o conjunto das operações de compra e venda de mercadorias realizado por agentes estabelecidos no Rio Grande do Sul com quaisquer parceiros estabelecidos fora das fronteiras estaduais, indiferentemente a que estejam fora ou dentro das fronteiras nacionais. Por exportações entender-se-á o fluxo de mercadorias vendidas em quaisquer mercados situados fora das fronteiras estaduais.

⁴ As estimativas apresentadas na mensagem eram de 27,0% em 1925, 21,5% em 1926, 21,8% em 1927, 28,3% em 1928 e 26,9% em 1929.

⁵ Conforme Tabela 6 do Anexo Estatístico. A participação das vendas no mercado interno, que representam 58,4% das exportações totais em 1920, passam a 68,6% em 1939. A taxa de crescimento do valor total das exportações foi obtida com o deflacionamento dos valores apresentados na Tabela 6 pelo "Indicador de Preços" apresentado por Villela e Suzigan (Villela & Suzigan, p. 424).

tações, verifica-se que estas últimas, invariavelmente, tiveram desempenhos melhores que aquelas, tendo aumentado também, conseqüentemente, os índices de participação percentual dos montantes exportados nos montantes produzidos.

As Tabelas 7, 8, 9 e 10 reúnem o essencial dos dados necessários ao exame do desempenho das exportações de produtos da lavoura, comparativamente ao das produções respectivas.

Vê-se, assim, que, enquanto a produção física do arroz se eleva do relativo 100, em 1920, para 247 em 1939, a exportação pula de 100 para 600. Considerados ambos os desempenhos em termos de valor (Villega & Suzigan, p. 424, tab. 7), a diferença é ainda mais significativa, a produção subindo da marca dos 100 em 1920 para os 188 em 1939, enquanto que as exportações vão ao relativo 503.

Em relação à batata, o que ressalta é que as diferenças entre produção e exportação são ainda mais acentuadas, a produção física subindo de 100 para 170, entre 1920 e 1939, enquanto que a variação correspondente às exportações, no mesmo período, vai de 100 a 650. Medidos os dois fluxos em termos de valor, o contraste torna-se ainda mais flagrante, como o relativo da produção subindo de 100 a 201 e o das exportações de 100 a 980.

Não outra coisa informam os dados sobre o feijão, onde o crescimento negativo da produção — do relativo 100 em 1920 para 91 em 1939 — contrapõe-se à elevação das exportações, cujo relativo pula de 100 no primeiro desses anos para a marca dos 436 no último. Em termos de valor, o contraste é entre a repetição do índice 100 em 1939 para a produção e, para as exportações, uma elevação de 100 para 603 entre os dois anos extremos que estamos a considerar.

Para o fumo em folha, por fim, a diferença tende a diminuir no que diz respeito à produção física e a inverter-se se a avaliarmos em termos de valor. O índice da produção física eleva-se de 100 em 1920 para 204 em 1939; o da exportação sobe de 100 a 314. Já o relativo do valor da produção vai de 100 a 651, enquanto que o da exportação não ultrapassa o número 463.

Não é difícil concluir, a partir de tais evidências, que a demanda externa para os produtos da lavoura exportados manteve-se dinâmica, pressionando a oferta e, em face das limitações desta última, forçando a elevação dos preços. A mesma coisa indicam, aliás, os movimentos de incremento na participação — tanto física quanto em valor — das exportações sobre as produções respectivas. A única exceção foi, como vimos, o fumo, para o qual parece necessário supor que o rebaixamento dos preços externos induziu a um esforço de preservação da renda dos exportadores via aumento das quantidades exportadas.

Para os produtos agroindustriais — quase todos de origem animal — a avaliação comparativa torna-se muito difícil, em razão da precariedade e dos brancos nas informações relativas à produção.

Para o charque, a lã e couros (secos e salgados) foi possível, no entanto, montar séries comparativas que, embora incompletas e de confiabilidade discutível, permitem cotejar — de maneira precária, certamente, mas, acreditamos, não inútil — os volumes produzidos e exportados. As Tabelas 11, 12, 13, 14 e 15 do Anexo Estatístico agrupam o essencial da informação que conseguimos reunir a propósito.

Tomando-se, em primeiro lugar, o charque — sem dúvida o mais importante dos produtos de exportação do Estado no período —, é forçoso concluir que os resultados têm o mesmo sentido daquele verificado para os produtos agrícolas. Tanto para um quanto para o outro, as exportações cresceram mais aceleradamente do que a produção.

Há uma diferença significativa, no entanto, no que respeita à diferenciação do desempenho destes dois fluxos econômicos que, para os produtos agroindustriais, é muito menor do que naquele. Além disso, o comportamento da série é, neste último caso, muito mais irregular, exigindo que se subperiodize o intervalo 1920-39.

Entre essas datas extremas, é necessário distinguir, para o charque, por exemplo, pelo menos três fases nitidamente distintas. A primeira vai de 1920 a 1928 e é marcada pelo aumento contínuo das quantidades produzidas, cujo relativo passa de 100 a 160, crescendo à taxa geométrica de 6,0% ao ano. A expansão das exportações, no mesmo período, é algo menos intensa, dando-se à taxa de 5,4% ao ano, com os números relativos subindo de 100 a 152. É importante notar, todavia, que 1928, para as exportações, já é um ano de baixa. O período seguinte, de nítida recessão, estende-se, para as atividades produtivas, de 1929 a 1934, caindo o relativo de 160 em 1928 para 116 no ano inicial do subperíodo, que termina com o indicador de variação na marca dos 107. Para as exportações, a recessão é menos intensa e menos prolongada. Examinando a série de relativos correspondente à produção física, a involução vai da marca dos 129, em 1929, para os 115 em 1932, com um ponto de mínimo em 1931 (relativo 91). Em termos de valor, o declínio é mais tardio e menos intenso, deflagrando-se em 30 e acusando uma queda nos números relativos de 174, em 1929, para 162 em 1930. O ponto mínimo é atingido em 1931, com a marca de 137. Em 1934, o indicador está ainda em 159.

O período final, de 1935 a 1939, caracteriza-se por um precário e instável movimento de recuperação nas atividades de produção do charque. O relativo médio desses cinco anos fica em 122, com marcas de 146 para o primeiro ano e de 106 para o último. Já as exportações, pelo menos em termos de valor, recuperam-se mais francamente, com o relativo passando de 159 em 1934 para 209 em 1939. A tonelage exportada, todavia, embora se tenha elevado com relação aos anos da grande crise, manifesta uma nítida tendência declinante nos anos finais, quando os indicadores de variação relativa caem da marca de 173 em 1937 para 126 em 1938 e 140 em 1939.

No que concerne à lã, os dados disponíveis indicam um período de crescimento contínuo entre 1920 e 1928, com a produção física passando do relativo 100, no primeiro desses anos, para 182 no último. No mesmo intervalo, o índice referente ao valor da produção passou de 100 a 224. Na falta de dados para os anos 1930-37, a etapa da crise e o início da recuperação permanecem obscuros. A evidência relativa a 1929 sugere, no entanto, que a produção de lã não ficou imune ao cataclismo que se abateu sobre, praticamente, toda a economia mundial. O relativo correspondente às variações na tonelage produzida cai, com efeito, de 182 em 1928 para 147 no ano seguinte e o referido às variações, no valor de 224, para 180. O comportamento das exportações, porém, não parece ter sofrido muito com os anos de crise, visto que seu refluxo é muito breve, limitando-se, a rigor, ao ano de 1932, que pode, nesta medida, ser

considerado como um divisor demarcando dois períodos caracterizáveis, respectivamente, como de crescimento acelerado e de recuperação. O primeiro deles, que vai de 1920 a 1930, acusa uma elevação da tonelagem exportada do nível 100, no ano base, ao nível 299, no ano final. Mensurado em valor, o crescimento das exportações mostra-se igualmente dinâmico, elevando-se à taxa geométrica anual de 7,6% a.a., com o relativo passando de 100 a 208 entre os anos extremos. Embora não linearmente, de 1932 a 1939, as exportações voltam a crescer, com os relativos referentes à tonelagem exportada tendo a cota dos 260 como número médio, e aqueles referentes ao valor exportado passando de 136, em 1932, a 434 em 1939.

Para couros, secos e salgados, os dados sobre a produção limitam-se à tonelagem e acusam um crescimento significativo, embora instável, de 1920 a 1929, e uma queda acentuada nos anos de 1938 e 1939, anos esses cujos números relativos, 124 e 129, respectivamente, se situam quase ao nível dos primeiros anos da série. Dada a falta de dados para os anos 1930 a 1936, não é possível formar uma idéia clara a propósito do desempenho da produção de couros durante a grande crise e nos anos imediatamente posteriores. A série referente à tonelagem exportada indica, por sua vez, um primeiro período de crescimento (à taxa geométrica anual de 7,3%) entre 1920 e 1928; um segundo, de redução, entre 1929 e 1933; e, finalmente, um terceiro, de 1934 a 1939, caracterizável como de alguma recuperação, com os relativos voltando ao nível médio alcançado no período anterior à grande crise. Analisando o fluxo de exportações, em termos de valor, não se verificam grandes diferenças, salvo no que diz respeito à nitidez da demarcação entre os subperíodos. De 1920 a 1928, o valor dos produtos exportados sobe do relativo 100 à marca dos 359; de 1930 a 1933 ele cai do nível 214 para o 112; de 1934 a 1939 processa-se uma nítida recuperação, com o índice passando de 227 no primeiro destes anos a 300 no último.

Por fim, cabe observar que as exportações de banha, carnes resfriadas e vinho — produtos para os quais não nos foi possível coligir dados de produção — tiveram um desempenho diferenciado.

A tonelagem da banha exportada variou irregularmente, tendo tido uma fase depressiva de 1920 a 1925 (o relativo cai de 100 para 84); entre 1926 e 1930, há um período de recuperação; os anos que vão de 1931 a 1937 são de estabilidade; 1938 e 1939, enfim, caracterizam-se como anos de queda, com relativos de 96 e 125 respectivamente. A taxa global de crescimento da tonelagem exportada foi positiva, da ordem de 1,16% ao ano. Medida em termos de valor, a exportação de banha apresentou resultados também positivos, crescendo à taxa de 3,04% ao ano.

"Performance" nitidamente negativa tiveram as carnes frigorificadas, cujas exportações decresceram tanto em quantidade (-1,0%) quanto em valor (-2,8%).

O desempenho do vinho marcou-se por acentuado dinamismo, com a tonelagem exportada crescendo à taxa geométrica de 13,8% ao ano, e o valor da exportação, a 17,8% ao ano. O período da grande depressão teve efeitos bastante limitados, restringidos aos anos de 1930 e 1931, cujos números relativos referentes à tonelagem exportada baixaram de 779 e 502 respectivamente (1920 igual a 100 evidentemente). Já o valor das exportações foi afetado nos anos de 1929 e 1930.

Para finalizar, pode-se agrupar e resumir os pontos mais importantes desta descrição das vendas dos principais produtos integrantes da pauta de exportações rio-grandense nos seguintes pontos:

- para todos os produtos, cuja comparação entre produção e exportação foi possível, o ritmo de aumento da tonelagem exportada foi superior ao da tonelagem produzida;

- dentre os produtos para os quais foi possível comparar as variações no valor da produção com as referentes ao valor das exportações, a batata, o feijão e a lã caracterizaram-se por terem tido as segundas valorizando-se mais rapidamente do que as primeiras; o inverso ocorreu com o arroz e o fumo;

- o arroz foi o único produto para o qual o crescimento físico das exportações foi mais do que proporcional ao respectivo crescimento em valor;

- as carnes frigorificadas foram o único produto a apresentar uma taxa de crescimento das exportações negativa.

2 — Elementos Explicativos

Após o exame dos indicadores referentes às exportações, não parece haver dúvida de que a explicação para o longo período de dificuldades que estamos a analisar há de ser buscada antes num exame das características endógenas do Setor Primário gaúcho, do que no esmiuçamento de suas relações com o contexto econômico externo, quer se considere tal o processo global de desenvolvimento do País, quer as vicissitudes do sistema capitalista mundial.

Isso não implica negar a forte participação do setor externo no desenvolvimento da economia estadual. Já vimos quão importante ela era. O que se sugere, apenas, é que, malgrado a importância manifesta das exportações, as forças, em última análise, determinantes do desempenho do Setor Primário rio-grandense devem ser buscadas, de outra forma e em direção oposta, numa análise dos reguladores intrínsecos ao funcionamento da agricultura colonial e à pecuária extensiva.

Evidentemente, essa proposta de inversão do vetor analítico pressupõe a explicitação dos mecanismos de neutralização dos efeitos que — pelo menos em princípio — deveriam ser induzidos pelo sucesso das vendas externas, porque o natural seria, certamente, que a boa marcha do comércio exportador provocasse modificações positivas à montante, estimulando as atividades produtoras que lhe alimentam a oferta.

Como o observado foi outra coisa — antes uma nítida dissociação entre a linha de evolução do produto agrícola e a relativa às exportações —, é claro que a investigação da estrutura interna das unidades de produção típicas do Setor Primário local tem que estar associada à elucidação das causas dessa impermeabilidade da estrutura produtiva aos estímulos de uma demanda dinâmica.

Nesse sentido, a primeira hipótese a excluir é a que quisesse ver na distinção entre demanda externa e interna a chave para a resolução da dificuldade em questão. Fossem as vendas externas pouco significativas

e essa seria, muito provavelmente, uma alternativa fecunda. Não é esse, porém, o caso, visto que, a despeito das dúvidas quanto à confiabilidade dos dados — onde há, para vários produtos e para diversos anos, cifras de exportações enigmáticamente⁶ superiores às de produção —, se cumulam indicações de que para quase todos os produtos, tanto da lavoura como da pecuária, a participação das exportações — quer direta, quer mediatamente avaliadas, nos casos em que os bens exportados eram derivados agroindustriais de produtos primários — era de extrema significação.

Nessas condições, a questão que cabe em primeiro lugar elucidar diz respeito às razões dessa indiferença da oferta primária aos estímulos derivados das vendas externas.

No caso dos produtos da lavoura, que analisaremos em primeiro lugar, tudo parece indicar que essa "apatia" da oferta encontre explicação num sistema de comercialização perverso, capaz de *interpor-se* entre a estrutura de produção e a demanda final pelo mesmo movimento em que as articula. No caso da produção pecuária, diferentemente, a linha de pesquisa mais evidente parece levar-nos a um exame da estrutura interna e da lógica de operação da estância, considerada como a unidade de produção típica do setor.

Convém, no entanto, que se examinem esses dois macrosegmentos do Setor Primário estadual separadamente, reservando, também, espaço para uma análise diferenciada da orizicultura, única grande cultura, à época, a desenvolver-se clara e inequivocamente em termos capitalistas.

A crise da lavoura colonial

Sendo verdadeira a hipótese referida anteriormente, dever-se-ia considerar o comércio como um disjuntor, capaz de desconectar a oferta agrícola dos estímulos originados no consumo final, mas nem por isso omisso em sua tradicional função de mediador entre esses dois termos.

O que fica por esclarecer, então, é que condições tornam possível essa anomalia nas operações de intermediação.

Antes de tentar elucidar essa questão, convém examinar, no entanto, como funciona a intermediação comercial na agricultura colonial.

É escassa e rarefeita a evidência estatística disponível. No riquíssimo trabalho de J. Roche sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul, encontram-se, todavia, informações muito significativas a respeito das características do processo de comercialização na zona da colônia.

Assim, por exemplo, nas contas correntes mantidas pelos colonos nas casas comerciais, chama a atenção as diferenças existentes entre os preços atribuídos aos produtos coloniais (quase sempre sacos de milho ou feijão ou quilos de banha) e os pagos pelas utilidades não produzidas localmente, notadamente sal, açúcar, café, charque, vinho, vinagre, utensílios elementares, tecidos e sabão (Roche, 1969, cap. VI, t. II, p. 403).

⁶ Enigmáticamente, porque a capacidade de estocagem do Estado era, então, pouco significativa. O mais provável, nesses casos, é que haja erro nas fontes estatísticas.

Embora faltem elementos para uma comparação seriada de preços pagos e recebidos pelo agricultor colonial e tampouco seja possível realizar — pelo menos não no âmbito do presente estudo — um esforço de comparação sistemática entre a relação de preços dos produtos mencionados, tal como se apresenta nos casos referidos por Roche e tal como se verificaria, na mesma época, em mercados urbanos regionais e nacionais — ou mesmo tal como se haveria de definir em outros momentos históricos, seja em mercados rurais, seja urbanos —, parece intuitivamente evidente que, quando "...com um saco de milho, um camponês podia comprar: 10kg de sal, ou 6kg de farinha de trigo, ou $3/4$ de côvado de tecido de lã" ou quando "...com um quilo de banha não podia comprar mais do que $3/4$ de garrafa de vinho, ou 1,400kg de farinha de trigo, ou 0,600kg de açúcar, ou 0,250kg de café, ou 1,75 caixa de fósforos" (Roche, 1969, cap. VI, t. II, p.419), está a ocorrer uma determinação dos termos de intercâmbio muito desfavorável à agricultura colonial.

Ademais, cabe também mencionar a propósito os exemplos fornecidos por Roche das diferenças entre os preços dos produtos coloniais comercializados no interior e em Porto Alegre, as quais são, indiscutivelmente, muito significativas. Os casos em questão, relativos um ao ano de 1925 e outro ao ano de 1950, mostram uma inferioridade dos preços pagos nas zonas de produção, que varia entre um máximo de 48% (para o caso do preço do milho no Planalto e na capital, no primeiro dos anos referidos) e um mínimo de 20% (para os preços do feijão no interior do Estado e em Porto Alegre, em 1950). É verdade que tais diferenças, como Roche observa, se devem também aos custos de transporte, o que, porém, não anula, senão que agrava, a posição de inferioridade comercial do agricultor.

Seja como for e conquanto os casos e relações mencionados não sejam mais do que exemplos, parece lícito supor que são eles típicos, confirmações adequadas do que é um lugar comum para todos aqueles que conhecem, praticamente, a economia rio-grandense: o aviltamento dos preços pagos ao produtor e a função açambarcadora da intermediação comercial.

Dado, com efeito, o isolamento físico da agricultura colonial persistente ainda depois da construção do sistema ferroviário — que a pôs em contato com Porto Alegre e com os mercados urbanos do centro e norte do País — e o pioneirismo das atividades comerciais, parece lógico supor que o comércio ocupava uma posição ao mesmo tempo monopólica (enquanto ofertante de produtos não coloniais) e monopsônica, enquanto comprador do produzido pelos agricultores.

Que lhe fosse possível, a partir daí, aproveitar-se das elevações de preços, devidas a pressões de demanda, sem transmitir tais aumentos aos produtores, é o que parece, então, muito plausível. Que, por outro lado, tal situação tenha tendido a modificar-se com a multiplicação dos comerciantes e com o adensamento da rede rodoviária é o que parece, também, evidente. Não é provável, contudo, que nas duas décadas que estamos a examinar tenha sido radicalmente rompida a situação de isolamento da maior parte da agricultura colonial. As informações qualitativas são antes no sentido inverso, levando Roche a afirmar que "...em todas as zonas pioneiras, o colono, constantemente, se encontrou, e ainda se encontra, no limite em que o custo dos transportes internos pode impedir-lo de usufruir a vantagem dos progressos realizados nas comunicações à grande distância. Na economia do Rio Grande do Sul, o colono de on-

tem foi um 'pioneiro', o de hoje permaneceu um 'marginal' (Roche, cap.VI, t.II, p.410).

Não é difícil, pois, compreender como pode o comerciante se interpor entre produtores e consumidores finais, aproveitando-se das elevações de preços e neutralizando os efeitos que poderiam ter a nível da estrutura produtiva.⁷

É fundamental observar, no entanto, que se a intermediação comercial assim entendida é capaz de explicar o isolamento da produção colonial dos estímulos do mercado, ela nada nos diz nem sobre os fatores que por um período sustentaram a oferta de produtos agrícolas, nem sobre aqueles que, mais tarde, estão na raiz do declínio desta última. Ou, por outra, se o capital comercial tem poderes para se assegurar por longo tempo uma renda de origem monopsonica, se é capaz, portanto, de separar a produção do consumo, então é preciso reconhecer que aquela não depende economicamente deste último, e que a reprodução da lavoura colonial não é assegurada no mercado, o que, se as coisas se passaram na verdade assim, é suficiente para levantar sérias dúvidas a respeito da hipótese segundo a qual a distorção nos preços relativos seria o determinante maior da tendência regressiva verificada na agricultura estadual no período que analisamos.

Neste ponto, parece conveniente lembrar que uma unidade de produção tipicamente capitalista só pode reproduzir-se à condição de que seu preço de venda seja capaz de pelo menos repor os gastos com salários, matérias-primas e o desgaste dos equipamentos. Além disso, se considerarmos que a acumulação de capital é uma condição necessária à manutenção de, pelo menos, sua posição relativa no mercado, é preciso prever, ademais, um excedente destinado a garantir a remuneração do capital e, com base nessa, os novos e inelutáveis investimentos.

Ora, é óbvio que, sob tais condições, uma política de rebaixamento sistemático de preços não pode deixar de provocar, em prazo breve, uma quebra de oferta. Se, por conseguinte, a lavoura colonial pôde suportar, por dezenas e dezenas de anos, o desequilíbrio a menor de seus preços de venda, isto só é explicável sob a condição de que sua reprodução fosse assegurada, pelo menos parcialmente, fora do mercado.

É sabido, com efeito, que a agricultura colonial é uma atividade econômica de subsistência, capaz de produzir, na pior das hipóteses, uma parte considerável dos alimentos necessários à reprodução física da força de trabalho nela empregada. Além disso, não sendo esta última assalariada — por identificar-se com os braços disponíveis na própria família proprietária da gleba —, não exige remuneração monetária, embora careça, como é óbvio, de que se lhe garanta a reprodução. Por fim, há a considerar ainda que — pelo menos por longo tempo — era a própria terra que não tinha custo de oportunidade e que, portanto, não exigia remuneração específica.

⁷ É óbvio, por outro lado, que os ganhos assim havidos — que somados às rendas de monopólio providas das vendas aos colonos constituem uma forma típica de acumulação primitiva via capital comercial — foram decisivos para o desenvolvimento econômico do Estado, constituindo-se, certamente, num dos pilares de sustentação da industrialização local.

Nessas condições, é evidente que o isolamento relativo da produção, em relação ao que se passa nos centros consumidores, é possibilitado pela inserção não mais do que parcial da lavoura colonial no processo global de divisão social do trabalho. Isso significando que o produtor colonial não tem poder para fazer com que seus preços de venda acompanhem a evolução geral dos preços, precisamente *porque tem poderes para reproduzir-se malgrado esse não alinhamento*.

Fosse a agricultura colonial sustentada por unidades de produção tipicamente capitalistas, completamente inseridas na rede de interdependências do mercado social total, e o diferencial estabelecido pelo capital comercial entre a evolução geral dos preços e aquela relativa à produção lavoureira, rapidamente tornaria inviável esta última, provocando deslocamentos dos produtores, desequilíbrios de oferta e, consequentemente, uma inelutável reestruturação do sistema de preços.

Se, portanto, o comércio pôde manter a estrutura da oferta agrícola alheia às variações dos preços finais, isso só ocorreu porque o cálculo econômico de uma unidade produtiva incompletamente integrada no processo de divisão social do trabalho obedece a regras muito singulares e específicas.

Certamente que para o colono é vital a vinculação ao mercado. Até porque este é o único meio de que se pode valer para prover-se de produtos que lhe são essenciais e que são, decididamente, impossíveis de produzir localmente. Além disso, à medida que amadurece a economia colonial, o comércio torna-se, naturalmente, uma via de especialização das atividades produtivas.

Este último processo, todavia, só em alguns casos especialíssimos, leva a uma redução drástica da produção para consumo próprio. Mais importante do que isso, no entanto, é o fato de que não se pode imputar à terra um valor monetário para o qual houvesse aplicações alternativas e que fundasse, em consequência, a exigência de uma remuneração próxima à taxa média de lucro então vigente e/ou à da renda da terra corrente.

Nessas condições, portanto, a remuneração monetária exigida pelo colono tem seu teto mínimo fixado no montante capaz de assegurar a parte alíquota do custo de reprodução da força de trabalho não gerada no interior da própria unidade de produção.

Ora, se isso é verdade, torna-se óbvio que a estagnação e, em alguns casos, a regressão da produção colonial não se podem originar no rebaixamento dos preços. Nas condições descritas, até seria razoável supor o inverso, uma vez que, sendo rígida a necessidade de completar a "cesta de subsistência" com produtos só obtíveis via mercado, natural seria supor que o colono, sob condição de preços cadentes, tentasse preservar sua renda monetária, aumentando as quantidades produzidas e levadas a mercado. Desse ponto de vista, aliás, sua situação não é diversa da do senhor mencionado por Witold Kula, para o qual a "...decisão de investir não resulta de uma melhora nas condições de mercado, mas, ao contrário, de sua deterioração, porque ao aumentar sua produção global o senhor quer compensar as perdas e manter seu nível de vida anterior" (Kula, 1974, p.361).

É mister, portanto, buscar a origem da regressão colonial em fatores outros, alheios aos acontecimentos que têm lugar no mercado. Nesse sentido, tudo parece indicar que o elemento decisivo para a compreensão

do desenvolvimento da agricultura regional no período se encontra no primitivismo tecnológico da lavoura colonial.

Os procedimentos fundamentais desta última se resumem na seqüência "derubada, queimada, semeadura e capina" (Roche, 1969, t.I, p.280). Correlatamente, a mudança periódica da base física de exploração torna-se um imperativo, de tal modo que a agricultura das colônias se configura, inequivocamente, como um caso de agricultura transumante ("shifting production"). As conseqüências dessa forma de cultivo agrícola são a redução acelerada da fertilidade dos solos e a pressão permanente, daí derivada, à abertura de novas áreas.

É importante observar, ademais, que a variante colonial torna tal tipo de agricultura ainda mais predatória do que o é em suas formas tradicionais, posto que a diversificação da produção — associada, desde cedo, ao uso do arado de ferro — implica um aproveitamento intensivo das terras que não lhe pode deixar de tornar ainda mais célere o esgotamento.

A nível microeconômico, esse padrão tecnológico induz à manifestação precoce de rendimentos decrescentes. A nível macroeconômico, tal efeito pode ser evitado, desde que haja disponibilidade de terras novas, de modo que os declínios de produtividade física, nas áreas velhas, sejam compensados por ganhos nas áreas de ocupação mais recente.

Sob condição de "oferta ilimitada de terras", a lavoura colonial é capaz de mover-se numa linha de equilíbrio natural, gerada pelo movimento de compensação das perdas havidas nas lavouras antigas pelos ganhos proporcionados pelas novas. A conseqüência mais óbvia dessa forma evolutiva é a distribuição espacial da atividade agrícola por zonas decedentes e pioneiras, passando, bem entendido, por todos os tipos intermediários.

Voltando à história da lavoura rio-grandense, pode-se dizer que esse equilíbrio foi mantido — inclusive com ganhos cumulativos — da chegada dos primeiros colonizadores até ao redor de 1920.

Durante esse período, a segunda geração de colônias, as do reverso do Planalto, compensou as perdas originadas no envelhecimento da primeira zona colonial, a da Depressão Central. Posteriormente, mas já com um intervalo de tempo menor, foi a vez de Santa Rosa, Três Passos e as colônias do Alto Uruguai virem a compensar as perdas de Ijuí, Cruz Alta e Erechim.

Como o início da incorporação do Alto Uruguai, começam a esgotar-se as áreas em disponibilidade à ocupação pioneira, e o início da regressão colonial torna-se inevitável. O período que estamos a examinar é precisamente esse, o momento em que a diminuição no ritmo de incorporação de áreas novas passa a impedir a compensação, com ganhos, das perdas havidas nas antigas áreas. Daí a estagnação e, em vários casos, a regressão dos níveis de produção de todas as culturas realizadas sob condições coloniais típicas.

É de perguntar-se, porém, se a evolução da agricultura rio-grandense só estava, de fato, regulada por esse parâmetro de ordem técnica. Tudo parece indicar que sim, dada a ênfase que vimos de dar às condições edáficas de produção e à tese anteriormente esboçada sobre o isolamento relativo da produção comercial da macrodivisão social do trabalho.

Todavia, consideradas as coisas mais de perto, é forçoso reconhecer que não é bem assim. De fato, não tivesse a intermediação comercial funcionado como um neutralizador dos aumentos de preço e, muito provavelmente, a pressão da demanda teria induzido alterações no padrão técnico dos cultivos coloniais. Ou por outra: a parcialidade da inserção da agricultura da colônia na rede das relações de mercado, sua falta de especialização, não pode ser concebida como um fato puramente natural, nem, simplesmente, como uma enigmática constante histórica, mas, antes, há de ser encarada, também, como um efeito do sistema de comercialização.

Isso, evidentemente, não quer dizer que o capital comercial tenha recriado a agricultura transumante para levar a cabo o processo de acumulação primitiva na agricultura rio-grandense, como, provavelmente, pensarão os partidários da concepção "paranóica" do desenvolvimento capitalista. E isso, basicamente, porque a abundância de terras novas funcionou sempre como um freio, como uma espécie de válvula de escape, que permitia a satisfação dos incrementos da demanda sem alterações no padrão produtivo dominante. O que implica dizer que, se é verdade que a intermediação comercial isolou a estrutura produtiva das pressões originadas no mercado, também é verdade que tal isolamento só pôde ter lugar à medida que o dado histórico, institucional e geográfico da oferta abundante de terras permitia ir cobrindo os aumentos nas quantidades demandadas via abertura de novas áreas de cultivo.

Houve casos, entretanto, em que se quebrou o padrão técnico dominante na agricultura colonial. Tal aconteceu com as lavouras do fumo, da uva e da cebola, em que algumas regiões se especializaram. Em todos esses casos, a especialização foi acompanhada, como é óbvio, não só pelo abandono de cultivo itinerante, mas, também, por uma acelerada elevação de preços. Entre 1920 e 1939, como se viu acima, o crescimento do Valor Bruto da Produção desses três produtos — fumo, cebola e uva — foi, respectivamente, a preços constantes, de 502,7%, 313,4% e 974,0%.

Não é muito fácil decidir nesses casos sobre se foram as características naturais do cultivo desses produtos que levaram à especialização geográfica da produção e, com ela, ao abandono da "shifting production" ou se, diferentemente, tais mudanças se deveram a elevações de preços derivados de alterações autônomas na estrutura da demanda, "nas preferências dos consumidores".

A primeira hipótese é, no entanto, mais plausível, posto que é evidente que a especialização, ao fixar a base física da cultura e ao exigir um perfil de cultivo mais elaborado tecnicamente — e que implicou, para os três produtos referidos, utilização sistemática de adubos e defensivos agrícolas —, provocou uma elevação considerável dos custos de produção, ficando também claro, nessa medida, que a mudança do padrão técnico só era factível sob a condição de que fosse acompanhada por uma elevação dos preços dos produtos capaz, pelo menos, de cobrir os novos custos monetários da atividade produtiva. De resto, considerando que o valor da produção cresceu mais do que proporcionalmente ao crescimento da oferta física, é razoável supor que não tenham havido alterações nas "preferências dos consumidores", mas simplesmente que a elasticidade-preço da demanda de tais produtos, conquanto não essenciais, era baixa.

Assinale-se ainda que a elevação de custos implicada pela especialização, além de ter sido induzida pelas modificações na base técnica de produção, deve-se, também, a que essa especialização certamente dimi-

nuiu a margem de produção de auto-subsistência, aumentando, em consequência, a parte alíquota do custo de reprodução da força de trabalho, que passou a ter que ser suprida via intercâmbio comercial.

É fundamental observar, ainda, que nos casos do fumo e da uva, a quebra do padrão tradicional de cultivo e a alta especialização estiveram associadas à produção industrial. Seria temerário, no entanto, atribuir a esta última, sem mais, as transformações tecnológicas, uma vez que do ponto de vista genético a ordem deve ter sido inversa, com a concentração geográfica das atividades agrícolas em questão determinando as decisões de localização dos responsáveis pelas atividades de beneficiamento. Não obstante, parece certo que as atividades industriais proporcionaram às regiões especializadas a garantia de uma demanda mínima estável, capaz de garantir e justificar, senão o abandono, pelo menos a redução das atividades policultoras.

Por outro lado, convém observar, também, que a lavoura minifundiária especializada, ligada diretamente a unidades industriais, se constituiu numa das formas mais usuais e cruéis de "penetração do capitalismo no campo". Samir Amin, comentando os trabalhos de Chayanov e D. Thorner sobre essa questão, observa que, sob tais condições, o camponês minifundiário se proletariza ao se transformar numa espécie de trabalhador a domicílio. Elida Rubini Liedke, num trabalho dedicado precisamente à análise da fumicultura rio-grandense, acrescenta — valendo-se das distinções propostas por Poulantzas para a análise das relações dos produtores com os objetos e meios de trabalho — que o título de proprietário da terra atribuível ao camponês minifundiário não pode ter outra significação que meramente formal, uma vez que o capital industrial controla inteiramente o processo de produção, adiantando o capital dinheiro sob a forma de créditos, fornecendo os insumos industriais (corretivos e fertilizantes), supervisionando tecnicamente o processo de trabalho e, por fim, fixando os preços de venda do fumo colhido — seus preços de compra — de modo a permitir simplesmente a reprodução do processo, vale dizer, em nível tal que seja possível reembolsar os adiantamentos por ele próprio feitos e assegurar o provimento, via mercado, daquela parte do custo de reprodução da força de trabalho não coberta pela produção de subsistência que, embora marginalmente, ainda subsiste (Liedke, 1977, p.97, Amin, 1974, p.41).

Contudo, e não obstante a intensidade da exploração a que é submetido o camponês minifundiário, elevam-se os custos monetários de produção, o que exige uma correspondente elevação dos preços. Nessas circunstâncias, tornando-se claro que a subordinação da agricultura camponesa ao capital industrial representa um passo adiante na estruturação do espaço econômico estadual, posto que a especialização por ela induzida leva à quebra do primitivo padrão de cultivo até então vigente, força uma maior integração das atividades agrícolas no processo de divisão social do trabalho, além de ter sido, especialmente no caso do fumo, um forte estímulo à evolução da produtividade física.⁸

⁸ Omitimos — por não nos ter sido possível reunir a informação necessária — a análise da produção da cebola, caso interessantíssimo de especialização completa — que chega à monocultura — ocorrido independentemente de atividades de beneficiamento e que se fez, também, com a modernização das condições de cultivo — utilização de adubos e corretivos sobre uma base de produção fixa — sem alterações na estrutura da propriedade fundiária (altamente minifundizada) e sob condições de utilização de mão-de-obra superintensivas, a japonesa.

A lavoura capitalista

O segundo grande segmento da agricultura rio-grandense, no período em análise, é representado pela lavoura arrozeira, a única cultura de grande significação econômica no Estado a ter tido um desempenho econômico francamente positivo.

Analisá-la separadamente da agricultura colonial é um imperativo da realidade histórico-econômica estadual, uma decorrência natural do fato de que, quer pela origem histórica, quer pela estrutura da propriedade fundiária, quer, enfim, pelas relações de produção nela vigentes, a produção orizícola é uma realidade econômica específica, completamente diversa do restante da produção agrícola estadual.

A origem histórico-econômica da produção de arroz em larga escala, no Rio Grande do Sul, encontra-se nas medidas protecionistas tomadas pelo Governo Federal nos primeiros anos da República. Paul I. Mandell resume essa sequência de decisões e seus efeitos nos seguintes termos:

"Em 1896 o Governo Brasileiro duplicou a tarifa de importação sobre o arroz de 30 para 60 réis por quilo, com pequeno efeito sobre as importações. Ela foi novamente duplicada em 1903, e aumentada, posteriormente, em 1906 em 33%, atingindo 100 réis por quilo, ou seja, cerca de 40% do preço no varejo (que era de 400 réis por quilo). À essa taxa básica acrescia-se ainda uma sobretaxa de 50% (em ouro), subindo a taxa efetiva a 215 réis, isto é, mais de 50% do preço no atacado. A partir daí, os efeitos foram imediatos. As importações caíram com rapidez, em 1903 e 1904 e, drasticamente, em 1906 e 1907. Desde então, permaneceram no baixo nível de 1908...

"Seu consumo deve ter sofrido um revês temporário, não obstante os produtores nacionais terem sido atraídos pelo maior preço, entrando novazio deixado pelas importações. Destarte, os efeitos, a longo prazo, sobre a produção e o consumo foram benéficos. A produção de arroz para o mercado nacional converteu-se em importante fonte de renda agrícola, surgindo daí, um grupo de fazendeiros especializados no seu cultivo.

"O efeito combinado da tarifa alfandegária, a escassez do arroz durante a Primeira Guerra Mundial, a crescente produção interna e a expansão da rede de transporte induziram a uma grande expansão no volume, na área cultivada, na distribuição geográfica e no grau de comercialização da produção brasileira de arroz.

"As zonas agrícolas irrigadas, especialmente no Rio Grande do Sul, contribuíram bastante para o crescimento da produção entre 1900 e 1920. Nos anos subseqüentes o Rio Grande do Sul converteu-se no principal produtor de arroz irrigado do Brasil" (Mandell, 1972, p.176-7).

O cultivo do arroz, no Rio Grande do Sul, nada tem a ver, portanto, com o processo de imigração e com a história colonial. Desenvolveu-se sob proteção tarifária, constituindo-se num caso típico de substituição de importações em sentido estrito. Além disso, por basear-se em fortes estímulos de preços, já nasce como uma atividade tipicamente empresarial, sendo portanto, na época que examinamos, uma notável e completa exceção no panorama agrícola do Estado.

A estrutura da propriedade fundiária, nas áreas em que se desenvolve, marca-se pela presença dominante de propriedades médias e grandes.⁹ O padrão técnico de cultivo é muito avançado para a época, não só por implicar o abandono da agricultura itinerante, mas também, e principalmente, em razão da utilização em alguma escala de adubos industriais, de alguns implementos agrícolas e de um complexo sistema de irrigação¹⁰.

O regime de produção é avançado e francamente capitalista, e isso quer devido à estrutura do processo produtivo — que depende da compra no mercado dos meios de produção e da força de trabalho —, quer em razão da forte presença do crédito, quer pela lógica operativa das unidades de produção, reguladas pela busca do lucro máximo, quer, enfim, porque nela ocorre a separação do capital e da terra, dos empresários rurais e dos proprietários fundiários, separação essa que é inerente ao modo de produção capitalista.

Sobre este último ponto, é importante sublinhar que é a elevação "artificial" dos preços, conseqüente da taxaço governamental, que, face à escassez de terras apropriadas à orizicultura, torna possível a dissociação entre a propriedade e o uso da terra, base para o surgimento da renda, no sentido estrito dado pelos economistas clássicos à expressão, isto é, uma remuneração paga ao proprietário da terra correspondente à cessão do direito de cultivo a terceiros.¹¹

A "performance" da produção orizícola foi, como já se viu, bastante dinâmica, tendo crescido a taxas de 4,87%, no que diz respeito à produção física, e 2,91%, no que diz respeito ao valor bruto da produção. Melhor ainda foi o comportamento das exportações, cuja tonelagem cresceu à taxa de 9,9% e o valor à de 11,0%. Esses dados indicam que a demanda nacional para o grão foi altamente dinâmica no período, o que, aliás, é confirmado pela análise citada de P. Mandell, onde se sustenta que os processos de desenvolvimento industrial e de urbanização, ocorridos no

⁹ Em 1970, ainda a produção orizícola tinha lugar na percentagem de 68% em lavouras acima de 100ha (Censo Agropec. RS 1970).

¹⁰ No período que estamos a analisar, a utilização de maquinaria agrícola moderna é ainda escassa. Convém não esquecer, todavia, que, à época, o Rio Grande do Sul era o estado que apresentava maior índice de mecanização (An. Estat. Brasil 1908-1912), sendo certo, por outro lado, que a lavoura de arroz, no período, era a que, de longe, mais utilizava tais implementos.

É evidente que essa alteração no perfil técnico da linha de produção, acompanhada que foi, além disso, por substanciais alterações nas relações de produção, induziu, necessariamente, à formação de custos de produção elevados. Infelizmente, não nos foi possível estimá-los para o período em exame. As informações disponíveis para o período seguinte e sua própria complexidade (An. Estat. Arroz 1950/51) estabelecem a seguinte estrutura de custos: Diversos, 20,4%; Arrendamento, 14%; Corte e trilha, 11,4%; Irrigação, 10,6%; Sementes, 10,0%; Transportes e secagem, 12,3%; Adubagem, 7,9%; Taipas e canais, 5,1%; Preparo da terra, 4,6%; Impostos, 3,3%; são indicadores suficientes, no entanto, para que se afirme que os custos, nessa linha de produção, eram pura e simplesmente incomparáveis aos de qualquer outra linha de produção agrícola então existente.

¹¹ Não nos foi possível obter dados sobre a percentagem de lavouras cultivadas em terras próprias e arrendadas para o período que estamos a analisar. Considerando, porém, as informações disponíveis para o período seguinte, parece razoável supor que as lavouras arrendadas representavam em torno de 60% do total cultivado (An. Estat. Arroz 1950/51, p. 67).

Brasil, tiveram um efeito mais do que proporcional sobre a demanda de arroz, em razão das substituições que induziram no perfil de consumo nacional.¹²

Por outro lado, considerando as relações entre valores e quantidades a nível produtivo, torna-se evidente que os ganhos de produtividade se refletiram numa diminuição relativa dos preços. O crescimento mais acelerado no valor das exportações, relativamente à tonelagem exportada, por sua vez, é um indicador seguro de que o desenvolvido sistema de beneficiamento e comercialização gerado pela lavoura orizícola começava a auferir, no período, ganhos mais do que proporcionais aos obtidos a nível de produtor.

Considerando, pois, que a partir de 1924 (INCRA, 1973, v.2, p.163) a produtividade física do arroz rio-grandense cresce continuamente, e lembrando, ademais, a elevação "institucional" de preços, que deu a partida para produção em larga escala, torna-se claro que o desenvolvimento e o dinamismo da primeira grande lavoura capitalista no Estado estiveram apoiados numa espécie "sui generis" de renda diferencial, assegurada, ao mesmo tempo, pela proteção tarifária e pelo aproveitamento intensivo de terras novas e ricas, singularmente apropriadas ao cultivo do cereal.

É manifesta, portanto, a importância das políticas públicas no desenvolvimento da primeira grande lavoura capitalista no Rio Grande do Sul, ponto de partida, como se verá adiante, para uma nova etapa no desenvolvimento agrícola do Estado. Etapa em que se abandona o primitivismo do padrão técnico dominante na agricultura colonial, em que se superam as limitações da mão-de-obra familiar, em que se aumenta a integração das atividades agrícolas no processo de divisão social do trabalho, mas que, nem por isso, se verá livre de problemas e crises. Apenas que esses, nas condições novas, não serão outros que aqueles que atingem qualquer atividade econômica realizada sob condições capitalistas.

A pecuária

O último segmento do Setor Primário estadual que resta considerar é a pecuária, cuja análise conviria separar em duas partes: uma englobando a bovino e a ovinocultura e outra dedicada à criação e ao abate de porcos.

Considerando, porém, que as condições da criação suína e a lógica de seu desenvolvimento se identificam, de grosso modo, com as da lavoura

¹² Mandell apresenta duas razões para tanto. A primeira seria que o crescimento das culturas de exportação, combinado à especialização agrícola inter-regional (a qual seria induzida pelo próprio dinamismo das lavouras de exportação e pelo processo de industrialização), por ter afastado as lavouras de mercado interno para longe dos principais centros consumidores, teria beneficiado o arroz, cujos custos de transporte eram menores do que os do milho e da mandioca. A segunda razão seria uma alteração na preferência dos consumidores, principalmente urbanos, a qual seria a base para a "elevada elasticidade-renda do arroz, mesmo a baixos níveis de renda". Mandell aventa ainda, como hipótese explicativa para essa alteração na preferência dos consumidores, a rapidez e facilidade do preparo do cereal, comparada a de outros produtos, facilidade e rapidez que nas condições urbanas de vida seria de grande importância (Mandell, 1972, p. 216-7).

colonial, trataremos de nos concentrar, nesta parte da análise, no exame da bovino e da ovinocultura, que serão consideradas como uma mesma atividade produtiva, a pecuária extensiva.

O primeiro elemento a destacar no exame da pecuária — entendida no sentido restrito que vimos de atribuir-lhe — é sua grande e estreita vinculação às atividades de beneficiamento, à produção de charque, de carnes resfriadas, de conservas, de couros e de lã.

O segundo ponto a merecer relevo é a participação dominante de tais produtos na pauta de exportações rio-grandense.

A combinação desses dois fatos dá origem a uma alta sensibilidade dos fluxos econômicos vinculados à atividade pastoril — notadamente, no período que estamos a analisar, a produção de charque — às mudanças no ambiente econômico global.

Assim, por exemplo, o comportamento francamente positivo apresentado pelo charque nos primeiros anos da década de 20 — e que se estende, para as exportações, até 1929¹³ — não é, com efeito, nada mais do que a continuação de uma tendência provocada e sustentada, simultaneamente, pela proteção tarifária concedida ao Rio Grande do Sul pelo Governo Central e pelo desvio da produção platina, notadamente uruguaia, para o mercado de carnes frigorificadas durante a Primeira Guerra Mundial e o imediato pós-guerra. Nesses anos, com efeito, a produção rio-grandense dominou o mercado nacional e penetrou, vigorosamente, no mercado cubano.

Com a recuperação européia, todavia, não só se reconverteu boa parte da produção uruguaia às atividades saladeiras como a ela, também, se voltaram — embora marginalmente, pelo menos no que diz respeito ao mercado internacional — os argentinos. Como, além disso, crescia também a produção de charque em outras unidades da Federação — notadamente São Paulo e Minas Gerais — tornou-se bloqueada e difícil a via franca pela qual vinha até então celeremente avançando a produção rio-grandense de carnes salgadas¹⁴.

Com a eclosão da grande crise, todavia, a situação deteriorou-se bruscamente, provocando grandes quedas, tanto na tonelagem produzida quanto na exportada.

A recuperação da economia nacional — efetivada no setor industrial, a partir de 1932, e que deve ter produzido efeitos rápidos, senão sobre a renda "per capita" global¹⁵, pelo menos sobre a dos grandes centros urbanos — propiciou a reanimação das exportações de carne salgada para o mercado doméstico, não obstante a década de 30 fechar-se com as quantidades e o valor das exportações novamente cadentes. Os dados relativos às exportações indicam igualmente sua suscetibilidade às alterações supervenientes no ambiente econômico nacional e mundial, notadamente, à grande crise.

¹³ A despeito das baixas no valor da tonelagem exportada ocorridas em 1926 e 1927.

¹⁴ Sobre toda essa questão ver a mensagem enviada pelo Presidente do Estado, Dr. Getúlio Vargas, à Assembléia de Representantes do Rio Grande do Sul, em 20 de setembro de 1930.

¹⁵ A qual, segundo estimativas de C. M. Pelaez, só voltou a subir ao nível alcançado em 1930 em 1937 (Pelaez & Suzigan, 1976, p. 225, tab. VI.16).

Já a depressão permanente das exportações de carnes frigorificadas — um paradoxo, em vista da instalação no Estado, a partir de 1917, de frigoríficos ligados a poderosos grupos multinacionais¹⁶ — parece explicar-se, conforme sugere Ênio Silveira (Silveira, 1972), por alterações na estratégia de expansão traçada pelas matrizes dos estabelecimentos industriais então criados no Estado, as quais, tendo decidido sediar-se em terras gaúchas para se precaverem contra eventuais consequências do envenenamento do clima sócio-político na Argentina,¹⁷ viram-se, de repente, em razão da melhora na situação política daquele país e do restabelecimento da confiança empresarial, em condições de manter as atividades industriais ali localizadas nos níveis usuais, passando a defrontarem-se, em consequência, com um problema de superdimensionamento da capacidade de produção instalada na região. A solução encontrada pelos grupos multinacionais parece ter sido de redirecionar os frigoríficos recém-criados no Rio Grande do Sul à atividade saladeiril tradicional.

Como quer que seja e independentemente das vicissitudes que marcaram a história de cada linha de produção, o mais importante a sublinhar é que, a despeito da importância óbvia das atividades de beneficiamento e da posição dominante dos produtos agroindustriais de origem pecuária na pauta de exportações rio-grandense, a criação de gado vacum e ovino — de maneira análoga à que verificamos ocorrer com a agricultura colonial — parece permanecer relativamente dissociada dos movimentos que afetam a evolução dos produtos dela derivados.

Referimo-nos não ao volume dos abates, que afinal não pode deixar de estar vinculado à produção e exportação de carnes, mas, mais precisamente, à sua relação com as variações nos efetivos totais no rebanho.

Com efeito, se voltarmos à Tabela 3 do Anexo Estatístico, chama a atenção o fato de que, nos 19 anos considerados, somente em três a série de números relativos referida aos totais abatidos apresenta valores inferiores aos daquela referida às variações no rebanho total. Isso significa, simplesmente, que, nos casos de variação positiva de ambas as séries, os abates tenderam a aumentar em ritmo mais acelerado do que o verificado no crescimento do rebanho; e que, nos casos de variação negativa, a queda no ritmo da matança tendeu a ser menos do que proporcional à taxa de involução do rebanho. Considerando que o natural seria que o aumento deste último, ou sua diminuição, estivesse inversamente correlacionado às variações no ritmo dos abates, o mínimo que se pode dizer é que é estranha essa tendência a manter uma alta taxa de desfrute independentemente do que esteja a ocorrer com o estoque total de bovinos. Considerando, ademais, que este último se constitui na parte fundamental do capital agropecuário, a conclusão óbvia é a de que, com a correlação verificada entre abates e efetivos totais do rebanho, está a ocorrer um processo contínuo de descapitalização do setor. O ocorrido nos anos finais do período notadamente — nos quais a taxa de desfrute aumenta bruscamente em razão da forte elevação dos abates efe-

¹⁶ Swift, Armour e Anglo notadamente.

¹⁷ A segunda década do século caracterizou-se, efetivamente, por forte agitação social na área das atividades pecuárias argentinas.

tuada sobre um rebanho submetido a um inequívoco movimento regressivo — só faz tornar ainda mais chocante a evidência desse processo de dilapidação do estoque de capital.

Convém observar que o paradoxo, aqui, é bem diverso daquele que constatamos ao iniciar a análise do comportamento da lavoura colonial. Lá, o que estranhava é que a produção diminuísse quando as exportações aumentavam e a demanda mostrava-se dinâmica. Aqui, a dificuldade parece ser antes a inversa, estando em que a resposta dos produtores aos estímulos de mercado parece ser demasiado rápida, direta e unívoca. Os anos finais do período que analisamos são, com efeito, anos em que o aumento do preço pago pelo quilo do boi vivo é maior do que o do Índice Geral de Preços, tudo indicando que, diante de tal melhora, os produtores não hesitaram em aumentar os abates. Não fosse, é claro, o estoque de animais o capital de exploração da pecuária e nada pareceria mais natural do que dar, de fato, essa resposta ao sinal emitido pelo mercado. À medida, porém, que o rebanho deva ser considerado como um estoque de capital, é evidente que uma taxa de abate superior à da reprodução natural do gado¹⁸ torna-se imediatamente descapitalizadora. O que fica por entender, então, é que espécie de racionalidade comanda as operações das unidades de produção do setor, tornando invisível esse ponderabilíssimo "erro" nas decisões microeconômicas.

Em qualquer atividade econômica, uma seqüência de decisões, implicando a diminuição sistemática do estoque de capital, é, simplesmente, desprovida de sentido, não podendo levar senão à marginalização e destruição dos produtores.

Convém, portanto, que se cuide de entender como é possível à pecuária extensiva manter-se em operação, apesar de, freqüentemente, tomar decisões de abate cujo retorno monetário absolutamente não está relacionado à reconstituição do estoque.

Esse problema não é mais, evidentemente, que uma das manifestações da situação econômica "sui generis" em que se encontra a pecuária extensiva e que está na base de uma racionalidade operativa muito especial, à qual cabe justamente explicar.

Nesse sentido, antes de mais nada é preciso reconhecer o grande valor do trabalho publicado pelo Banco Nacional do Comércio — intitulado Estudo Econômico da Bovinocultura Gaúcha (Accurso, 1969) —, onde se encontra justamente um esforço sistemático de explicação não só do paradigma de decisões, mas também dos pressupostos históricos, econômicos e institucionais que orientam e sustentam as iniciativas dos responsáveis pela pecuária extensiva.

O ponto de partida da análise em questão — e que procuraremos resenhar nas páginas seguintes — é a constatação do caráter dual da unidade produtiva típica nessa linha de produção (Accurso, 1968, v.2, p.280). Isso porque a estância — ao mesmo tempo em que se integra, à jusante, à economia monetária — mantém-se, à montante, por assim dizer, fora dela

¹⁸ Que é dada pela diferença entre a taxa de natalidade e a de mortalidade natural do gado. Sobre esta última, aliás, os dados disponíveis são escassos, conforme a mensagem enviada pelo Presidente do Estado, Dr. Getúlio Vargas, à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul, em 20 de setembro de 1930.

ou, para usar as palavras do autor, o que cumpre entender é que, se a produção está integrada numa economia monetária, "...seus fatores de produção só em parte dela decorrem" (Accurso, 1968).

A integração da produção à economia monetária é óbvia. A circulação econômica dos rebanhos faz-se por compra e venda — não por permuta ou doação —, e os criadores ao venderem seus lotes tratam de obter o lucro máximo.

Já o segundo ponto, que os fatores de produção envolvidos na criação se inserem apenas parcialmente na economia monetária, é mais complicado. Que haja alguma inserção dos fatores produtivos particulares à pecuária na "economia monetária" é manifesto, posto que a terra e o gado têm preços de mercado. Que, por outro lado, tal vinculação seja apenas parcial, isso seria uma decorrência de que "...a parcela maior do capital agropecuário — capital fundiário e parte do capital de exploração (gado) — não tem custo monetário" (Accurso, 1968).

Essa "falta de custo monetário" da maior parte do capital imobilizado na exploração agropecuária não é analisada muito minuciosamente no estudo, mas fica expresso que o "custo monetário" de que se está a falar é o custo monetário de aquisição, o qual se aproximaria de zero, seja porque as propriedades teriam sido adquiridas por herança, seja porque, nos casos de compra, essas teriam sido muito favorecidas por créditos políticos e taxas negativas de juros (Accurso, 1968, p.279). Além disso, também fica claro que, não sendo a terra deteriorável, não há que se cogitar sobre um eventual "custo de reprodução". Já o "capital de exploração", o gado — embora, certamente, seja "deteriorável", além de supor-se que tenha sido adquirido, como as terras, graciosamente, não tendo, também, portanto, custo monetário de aquisição —, parece não ter, tampouco, enquanto estoque de capital, custo de reposição, uma vez que há um processo de reprodução natural dos rebanhos.

Caracterizada dessa maneira a base da estrutura econômica da unidade de produção pastoril, o "Estudo" pode mostrar que é possível aquela suportar com facilidade o funcionamento deficitário, posto que "a monetarização dos custos de capital" faz com que o estancieiro, embora procure maximizar sua renda monetária, descure de seus custos — os quais, pressupõe-se, permanecem-lhe invisíveis.

O trabalho precisa, ademais, que entre estes últimos haveria que incluir, como custos de reposição não materializados em desembolso monetário — custos imputados ou figurativos —, "... a depreciação do capital de exploração fixo (equipamentos, veículos, ferramentas, animais de trabalho), a depreciação do capital fundiário-benfeitorias (banheiros, rede de água, irrigação, construções) e, como custos de capital, os juros normais do capital de exploração, do capital fundiário-benfeitorias e do capital fundiário-terra" (Accurso, 1968, p.271).

Ora, considerando que nem o capital de exploração nem o capital fundiário-terra têm custos de reposição e considerando, ademais, que ambos tampouco tiveram custos monetários de aquisição, parece lícito e razoável supor que a renda a ser auferida pelo estancieiro, de um lado, não necessita cobrir os custos de amortização ou reposição do capital que seriam usuais em qualquer outra atividade produtiva e, de outro, que, enquanto renda esperada, não inclua em seu cálculo os juros normais de mercado que usualmente seriam imputados à imobilização do capital — este

último ponto se devendo, como já foi observado, a que o custo de aquisição do rebanho e da terra teria sido nulo. Nessas condições, assevera o "Estudo", a renda esperada determinar-se-ia antes pelas expectativas de consumo que os volumes absolutos de rendimento, anteriormente obtidos, teriam tornado correntes e usuais, do que por uma taxa fixada sobre a estrutura de custos (Accurso, 1968, p.300). O que equivale a dizer, ainda na linguagem do "Estudo", que o estancieiro persegue não o lucro, mas um excedente monetário (Accurso, 1968, p.292).

Considerada, de outra parte, a dinâmica de comportamento de tais unidades de produção, torna-se evidente que seu mecanismo básico de expansão se encontra no aumento das propriedades. Fosse a estância uma empresa capitalista, tal lógica de crescimento seria pura e simplesmente absurda, visto que as terras são o componente principal dos custos fixos, imobilizações em sentido estrito, capital não submetido à rotação, constituindo-se, portanto, num pesadíssimo fator de rebaixamento da taxa de lucro.¹⁹

Considerando, porém, que os custos fixos, segundo estimativas do "Estudo", embora se elevem a 2/3 do custo final, constituem 80% dos custos imputados²⁰ e, como tais, não-monetários e, para o estancieiro, invisíveis, segue-se que a atenção racionalizadora deste último se concentra, precisamente, sobre os custos variáveis, via de regra monetarizados, e, nessa medida, os únicos a serem realmente encarados como custos, de onde resulta, obviamente, uma forte inibição à alteração do perfil tecnológico do empreendimento.²¹

E o "Estudo" conclui, observando com muita justeza, que a produção agropecuária encontra no equilíbrio entre receitas e custos monetários seu teto mínimo e "...nos limites físicos da propriedade, incluindo aí a capacidade alimentar do campo, o seu teto máximo" (Accurso, 1968).

Por fim, cabe observar que os elementos explicativos apresentados pelo "Estudo", com o fim de elucidar a lógica operativa da pecuária extensi-

¹⁹ Desconsideramos, aqui, para efeitos de simplificação da análise, o grande "achado" que foi, para a pecuária extensiva, a introdução da criação de ovinos, a qual não altera a capacidade de lotação em bovinos dos campos, além de ser, enquanto "capital de exploração", também capaz de reproduzir-se espontaneamente. A rotação econômica poderia haver, bem entendido, à condição de que se imputasse aos valores imobilizados em terra a remuneração usual que quantias equivalentes encontrariam em aplicações alternativas. O que se acabou de ver, no entanto, é precisamente que isso não ocorre.

²⁰ É evidente, por outro lado, que embora se esteja a supor, aqui, que sejam as novas aquisições feitas nas condições anteriormente mencionadas de crédito político subsidiado, "...a expansão da empresa pecuária introduz uma singular inovação de natureza econômica, qual seja a de que aumenta o segmento monetário no seu cálculo, já que o 'capital originário', antes transferido por herança, agora tem um custo de aquisição". O "Estudo" junta ainda que, "...como a produtividade monetária média permanece constante e aumentam os custos monetários, o excedente diminui em termos relativos, o que faz aparecer indícios de desvantagens na expansão. Nessas condições é mais prudente crescer via arrendamento, pois a incidência monetária do aluguel implica em menor 'congelamento' de recursos financeiros, contingenciando em menor escala, as reservas monetárias do proprietário" (Accurso, 1968, p. 292). O que não se entende, nesse caso, é por que "a produtividade monetária média" deva permanecer constante ou, o que é o mesmo, por que o estancieiro não passa a imputar os juros usuais sobre as novas imobilizações e a repercutí-los em seus preços de venda.

²¹ Observe-se que o estudo de caso realizado no trabalho citado de Ênio Silveira confirma plenamente a veracidade do princípio de expansão via aumento da base física da exploração (Accurso, 1968, p. 291).

va, não anulam — se é que entendemos o sentido da análise ali proposta — o juízo negativo a respeito de sua irracionalidade.²²

Pois bem, resumida assim a proposta analítica do Banco Nacional do Comércio, a primeira questão que nos cabe responder é se é possível, a partir dela, dar solução ao paradoxo de que partimos, à enigmática desvinculação das decisões sobre os abates do sentido da evolução geral dos estoques bovinos. Ora, a resposta é inequivocamente positiva, posto que o rebanho, além de reproduzir-se naturalmente, não tem custo de aquisição e se, em termos mais gerais — em função da natureza, já explicitada, da estrutura "subjéctiva" de custos —, o estancieiro pauta suas decisões pela busca da maximização da renda monetária (e não pelo maior lucro), então, torna-se razoável que responda ele a qualquer aumento de preço do quilo do boi vivo com um aumento das matanças. Isso, pelo menos, até que tal aumento leve a situações manifestas de incapacidade de atender aos incrementos de demanda.

Não há dúvida, por conseguinte, que a análise do "Estudo", a par da pioneira e fina, tem resposta para os problemas que qualquer interessado na compreensão da lógica de funcionamento da pecuária extensiva inevitavelmente encontra. Não obstante isso, parece-nos que o aparato categorial nele utilizado tende a obscurecer a relação social básica sobre a qual se ergue a economia da pecuária extensiva, obscurecimento do qual decorre, como procuraremos mostrar, a formação de alguns pontos débeis na cadeia explicativa do "Estudo".

A propósito, o primeiro ponto a observar é que talvez não seja realista supor que o presumido valor monetário das propriedades e do rebanho tivesse uso alternativo — condição indispensável à pretensão de incluir os valores correspondentes à cobrança de juros correntes sobre a imobilização de capital na estrutura de custos do empreendimento agropecuário —, pelo menos no período que estamos a considerar. Ou por outra, para nos expressarmos na linguagem econômica corrente, parece-nos que a cobrança de um custo de oportunidade pela imobilização de valores em terra ou no estoque de bovinos só faz sentido sob a condição de que houvesse para os pecuaristas, efetivamente, aplicações alternativas — o que nas circunstâncias existentes parece-nos tudo, menos óbvio.

E isso, assim, em primeiro lugar, em razão da debilidade dos setores industrial e Terciário rio-grandenses à época que estamos a considerar, nos quais, notoriamente, não havia grandes e evidentes oportunidades de inversão. Em segundo lugar, porque dentro do próprio setor agrícola não havia utilizações alternativas para a terra, pelo menos não no sentido econômico, isto é, capazes de gerar uma remuneração equivalente à vigente para os capitais aplicados em atividades urbanas. Em terceiro lugar, enfim, à medida que os preços, então vigorantes para os imóveis rurais, pressupunham, evidentemente, uma oferta de terras não-dinâmicas. Na hipótese contrária, de um maciço movimento de vendas originado na insatisfação dos estancieiros com seus níveis de remuneração e em seu desejo de, dando liquidez a seu capital, virem a investir em ati-

²² Lê-se ali, com efeito, o seguinte: "Os dois títulos anteriores — 'Combinação de Fatores' e 'Custos de Produção' — visaram por à luz a realidade pecuária no Rio Grande do Sul, a fim de capacitar a um entendimento objetivo da mesma. A sua inconsistência econômica, por refletir uma atividade não lucrativa, se contrapõe à sua existência, num verdadeiro desafio de lógica, pois não é fácil explicar a presença do inviável" (Accurso, 1968, p. 277).

vidades não-agrícolas, capazes de remunerar seus ativos às taxas de mercado, o valor médio da propriedade imobiliária viria abaixo. Nessas condições, a idéia de um custo de oportunidade torna-se abstrata, dependendo, na verdade, de supostos inefetivos.

Se isso for realmente assim, então se torna claro que a imputação da taxa normal de juros ao que o "Estudo" chamou de "capital fundiário-terra" e "capital de exploração" se torna impertinente, obrigando, portanto, a reabrir a discussão sobre as condições de rentabilidade do investimento, a qual deixaria de ser meramente aparente, transformando-se em real, o que equivale a dizer que o estancieiro não via os custos invisíveis simplesmente porque eles inexisteriam.

Esse ponto, aliás, tem reflexos, ao nível teórico, na própria decisão a respeito de que categorias devem ser usadas na análise das atividades econômicas agrícolas.

Se, com efeito, a imputação de uma remuneração própria ao fator terra implica que haja aplicações alternativas reais aos valores representados pelo preço dos imóveis rurais, então é preciso reconhecer que *só o desenvolvimento da agricultura* pode assegurar à propriedade fundiária um rédito específico. Ou por outra: só o desenvolvimento agrícola, ao pressionar a oferta de terras, é, simultaneamente, capaz de gerar a possibilidade concreta da cessão a terceiros do direito de cultivo e, nessa medida, de dar liquidez aos valores imobilizados nos imóveis rurais.

Percebe-se, assim, que a idéia de um custo de oportunidade para a terra está indissociavelmente ligada à existência da renda da terra — no sentido estrito de um preço de monopólio que se paga pelo uso da mesma —, sendo ambas, de outra parte, rigorosamente dependentes do desenvolvimento da agricultura e da pressão conseqüente sobre a oferta de terras. Esta última, por sua vez, depende do aumento dos preços dos produtos agrícolas, de tal modo que, como diz Adam Smith, "...se o cultivo ... e o completo adiantamento das terras de um país é a maior de quantas vantagens possa granjear uma sociedade, tal alta de preços em todas as espécies de rudes produções, em vez de considerar-se como uma calamidade pública, é, em meu modo de entender, o precursor e o indício mais seguro de maior prosperidade" (Smith, s.d.).

Observe-se ainda que, quando, e somente então, a cessão do direito de cultivo a terceiros se generaliza, transformando-se numa alternativa de mercado, se torna razoável admitir que o proprietário fundiário, mesmo explorando ele próprio sua propriedade, passe a exigir uma remuneração específica à terra por ele apropriada. Inexistente tal condição, a idéia de que a terra exigiria uma remuneração específica se torna abstrata e irreal.

Essa precisão conceitual — o conceber o rédito correspondente à terra como uma renda de monopólio — torna evidente, também, que o fato de que a terra tenha ou não tido um custo monetário de aquisição é algo totalmente irrelevante relativamente à questão de saber se haverá ou não para ela uma remuneração específica. De resto, ao supor que proprietários de ativos adquiridos graciosamente não exigiriam remuneração para estes, ter-se-ia que supor, igualmente, que fosse a sucessão hereditária o pior dos críticos do capitalismo.²³

²³ Nesse caso, com efeito, dever-se-ia supor que todos os herdeiros tenderiam a utilizar seus ativos "... extensivamente, abundantemente, como se baratos fossem", vale dizer, perdulária e autodestrutivamente (Accurso, 1968, p. 280).

Além disso, é preciso reconhecer, também, que o movimento de expansão das unidades de produção agropecuária, via alargamento da base física da exploração, atesta que a alternativa da pecuária era a própria pecuária. O nível da renda monetária esperada fixava um patamar de viabilidade bastante elevado nos estabelecimentos de criação, de tal modo que o fracionamento das propriedades, devido ao processo natural de sucessão hereditária, ia sendo automaticamente compensado por um movimento de reconcentração da propriedade fundiária, originado na própria lógica operativa do setor. Nesse sentido, aliás, talvez fosse o caso de dizer que a aquisição de propriedades e a ampliação consequente das extensões tornavam-se possíveis, pelo lado da oferta de terras, pelo movimento de fracionamento natural dos latifúndios e eram motivados, pelo lado dos adquirentes, pelo desejo de obterem as condições necessárias à maximização da renda bruta. Que, enfim, tal dinâmica de crescimento só tenha sido possível enquanto os preços da terra — não sofrendo pressões por parte do desenvolvimento agrícola — permaneceram relativamente baixos é também evidente.

Seja como for, no caso da economia rio-grandense, é evidente que essa pressão sobre a oferta de terras, base para o surgimento de uma renda da terra em sentido próprio, só começou a ocorrer com o desenvolvimento da cultura do arroz. Consideradas, porém, as limitações agrônômicas desta última — só cultivável em terrenos de várzea ou próximos a mananciais, que facilitassem a irrigação —, não parece razoável supor, pelo menos no período em exame, que pudesse ser a renda uma forma de rédito generalizada no mundo agrário rio-grandense.

A situação do estoque de bovinos, por sua parte, é algo distinta.

É evidente que, se o considerarmos como um capital de exploração ou como capital constante, se torna necessário admitir, também, que haverá ele de pesar decisivamente na fixação da remuneração da pecuária, rebaixando-lhe, fortemente, a taxa de lucro. Nesse caso, torna-se evidente que o processo de produção agropecuário, por utilizar muito pouco capital variável e mobilizar um grande capital constante, seria um setor de elevadíssima composição orgânica e no qual, por força dos mecanismos de formação do lucro médio, haveria, provavelmente, uma remuneração não só superior ao preço médio de produção, mas superior também ao próprio valor da produção.

Considerando, porém, que nessa matéria se deve seguir as indicações de A. Smith, segundo as quais a fixação de preços na criação não se dá da mesma maneira do que na produção agrícola (senão que depende do que está a ocorrer nesta última, notadamente naquela parte dedicada ao cultivo dos produtos essenciais à reprodução de uma comunidade dada), torna-se razoável supor que, até o momento em que a diminuição das terras disponíveis para criação — devida ao aumento das atividades agrícolas, bem entendido — as torne escassas e exija o cultivo sistemático de pastagens — vale dizer, até que a pecuária se torne, de fato, uma variante da agricultura —, deva o rebanho ser considerado como riqueza, e não como valor, isto é, como um dom da natureza, cuja apropriação privada e monopólica dá lugar ao surgimento de um fluxo de renda. Isso se torna ainda mais plausível quando pensamos que só então — com a generalização das pastagens artificiais — a reprodução do estoque de bovinos deixa de ser um fenômeno puramente natural para tornar-se dependente, quanto à sua reposição, da boa marcha do ciclo de reprodução do capital.

O paradoxo de que partimos — a elevação predatória da taxa de abate — parece indicar precisamente isso: o estancieiro usa seu rebanho como um recurso natural, um pouco como os países produtores de petróleo, as suas reservas.

Que os preços pagos aos criadores tenham subido mais do que os demais preços²⁴, isso nada mais expressa do que o estado das relações entre a oferta dada e a demanda de proteína animal e couros. Que esta última tenha sido singularmente elevada, notadamente no que diz respeito ao charque, isso há de se dever a uma estrutura de consumo formada, precisamente, sobre uma oferta doméstica de carnes sem relação com os preços vigentes no mercado mundial. Fenômeno que só pode ser explicado, por sua vez, pela abundância de bovinos entregues a um dinâmico processo de reprodução natural, explorados praticamente sem custos e com preços só regulados pelas quantidades apresentadas, a cada momento, nos mercados ofertantes e pela demanda efetiva. Considerando que a primeira, a oferta, nas condições descritas, tendia a ser pletórica, compreende-se que os preços tenham sido, por largo tempo, ínfimos.²⁵ Sem o que, de resto, não haveria como entender que a proteína animal — alimento reconhecidamente conspícuo a nível mundial — se tivesse tornado precisamente a base da alimentação das camadas sociais mais humildes, a começar pelos escravos.

²⁴ Conforme a tabela de preços pagos pelo boi vivo constante da Tabela 16.

²⁵ Adam Smith observa a propósito: "Em todas as novas colônias em que a grande quantidade de terras incultas faz com que, por muitos anos, não se as possa aplicar a outros usos que ao pasto do gado, tornam elas a estes abundantíssimos e em todas as coisas a abundância é uma premissa certa da barateza. Ainda que se suponha que nas colônias européias da América o gado tenha sido levado ali desde nosso continente, é certo que se multiplicou tão rapidamente, que chegou a valer tão pouco, a ponto de que se tenha deixado que os cavalos volvessem a ser selvagens, apacitando-se nos bosques, sem donos que os pastoreassem, nem que pensassem em domesticá-los e usá-los como animais domésticos. Até que se passasse muito tempo depois do estabelecimento das colônias não pôde ser útil manter o gado com o produto de terras cultivadas" (Smith, s.d.). É evidente que o dito por Smith dos cavalos vale, também, para os bovinos. Por outro lado, porém, é conveniente observar que, entre o tempo da existência selvagem dos rebanhos e sua reprodução via cultivo de pastagens artificiais, medeiam várias épocas histórico-econômicas. O período que analisamos é precisamente um dos últimos, senão o derradeiro, dentre esses momentos intermediários. Nele o gado já está, novamente, relativamente domesticado, os campos estão cercados, aproveitam-se as carcaças e não mais somente os couros, etc. Mais importante ainda, nesse tempo, começa a surgir a pressão da agricultura sobre as terras de pastagens.

Bibliografia

- AMIN, Samir. Le capitalisme et la rente foncière (la domination du capitalisme sur l'agriculture) In: —. *La question paysanne et le capitalisme*. Paris, Anthropos-Idep, 1974. p.41.
- ANUÁRIO AGROPECUÁRIO 1938/1939. Porto Alegre, DEE, 1941.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1920/1941. Porto Alegre, DEE, 1921/1942.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ARROZ: safra 1950/1951. Porto Alegre, IRGA, V.7, 1952.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — 1908/1912. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1916.
- CANO, V. Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel, 1977.
- CASTRO, Antonio Bassos de. A herança regional no desenvolvimento brasileiro. In: —. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro, Forense, 1971.
- CENSO AGROPECUÁRIO: Rio Grande do Sul 1970. Rio de Janeiro, IBGE, 1974.
- DOMINGUES, Hercílio I. *Notas sobre a evolução econômica do Rio Grande do Sul: estudo do comércio de exportação Rio-Grandense*. Porto Alegre, 1929.
- HADDAD, Cláudio. Crescimento do produto real brasileiro. In: —. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Saraiva, 1977.
- INCRA. *Levantamento e avaliação de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul*. Brasília, 1973. v.2.
- INDICADORES ECONÔMICOS RS. Porto Alegre, FEE, v.5, n.1, jan./jun. 1977.
- IPEA. *Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945*. Rio de Janeiro, [s. d.] (Relatório de Pesquisa, 10).
- KULA, Witold. Una economía agraria sin acumulación: Polonia en los siglos XVI al XVIII. In: —. *Agricultura y desarrollo del capitalismo*. Madrid, Alberto Corazon, 1974.
- LIEDKE, Elida Rubene. *Capitalismo e camponeses*. Brasília, Universidade de Brasília, 1977. (Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da UnB).
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- MANDELL, Paul I. *A expansão da moderna rizicultura brasileira — crescimento da oferta numa economia dinâmica*. Rio de Janeiro, IBGE, 26 (3):169-236, jul./set. 1972.
- PELAEZ, C. M. & SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.
- PIMENTEL, F. *O Rio Grande do Sul e suas riquezas*. Porto Alegre, Continente [s. d.]
- *Charqueadas e frigoríficos*. [s. n. t.]
- RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. *Mensagem à Assembleia Legislativa 1920/1929*. Porto Alegre, 1921/1940.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969.
- SILVA, Austriclélio G. & GUERRA, Aldrovando R. *Exportação de charque no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, DEE [s. d.]
- SILVEIRA, Ênio. *Empresa e satelização no campo* (estudo de uma estância no Rio Grande do Sul) São Paulo, Universidade de São Paulo, 1972. (Tese apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da USP).
- SMITH, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Barcelona, Bosch [s. d.]
- VILLELA, A. & SUZIGAN, W. *Política do governo e desenvolvimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA [s. d.]

Anexo Estatístico—Período 1920-39

Tabela 1

Evolução da lavoura gaúcha — 1920-39

ANOS	ÁREA PLANTADA		PRODUÇÃO FÍSICA		VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DEFLACIONADO	
	ha (1 000)	Rela- tivos	t (1 000)	Rela- tivos	Cr\$ (1 000)	Rela- tivos
1920	1 250	100	3 853	100	6 822	100
1921	1 268	101	3 618	94	6 693	98
1922	1 348	108	3 789	98	7 010	103
1923	1 347	108	3 551	92	6 569	96
1924	1 155	92	3 343	87	6 815	100
1925	1 211	97	3 262	85	6 622	97
1926	1 264	101	3 243	84	6 583	96
1927	1 284	103	3 513	91	7 131	105
1928	1 263	101	3 716	96	7 883	116
1929	1 273	102	3 666	95	7 589	111
1930	1 295	104	3 683	96	7 624	112
1931	1 300	104	3 651	95	7 558	111
1932	1 237	99	4 075	106	8 196	120
1933	1 241	99	3 982	103	8 323	122
1934	1 248	100	3 996	104	8 353	122
1935	1 228	98	3 619	94	7 564	111
1936	1 243	99	3 442	89	7 426	109
1937	1 230	98	3 338	87	7 477	110
1938	1 202	96	3 170	82	7 101	104
1939	1 276	102	3 001	78	6 912	101

FONTE: INCRA.

Tabela 2

Evolução do Valor Bruto da Produção, produção final e área da lavoura no Rio Grande do Sul — 1920-1939

CULTURAS	1920						1939					
	Valor Bruto da Produção		Produção		Área		Valor Bruto da Produção		Produção		Área	
	Valor	%	t	%	ha	%	Valor	%	t	%	ha	%
Arroz	747 516	10,95	132 000	3,42	60 000	4,80	1 289 980	18,66	326 082	10,86	134 417	10,53
Milho	3 166 800	46,42	1 450 000	37,63	680 000	54,41	1 633 780	23,63	819 348	27,30	566 783	44,43
Trigo	419 364	6,14	108 000	2,80	120 000	9,60	428 069	6,19	71 321	2,37	159 581	12,50
Mandioca	444 031	6,50	980 200	25,44	92 000	7,36	407 532	5,89	557 499	18,57	86 659	6,79
Soja	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fumo	98 698	1,44	15 250	0,39	13 860	1,10	594 888	8,60	31 159	1,03	26 283	2,06
Uva	220 954	3,23	91 040	2,36	11 380	0,91	436 111	6,30	155 921	5,19	22 682	1,77
Feijão	490 283	7,18	120 700	3,13	109 730	8,78	449 580	6,50	109 307	3,64	116 425	9,12
Batata-inglesa	246 772	3,61	108 950	2,82	21 790	1,74	460 886	6,66	185 542	6,18	28 139	2,20
Cebola	51 019	0,74	21 600	0,56	2 700	0,21	210 895	3,05	36 799	1,22	5 026	0,39
Subtotal	5 885 437	86,21	3 027 740	78,55	1 111 460	88,91	5 911 721	85,48	2 292 978	76,36	1 145 995	89,79
Outros	936 116	13,72	825 066	21,41	138 130	11,05	1 000 659	14,47	708 052	23,59	129 676	10,16
TOTAL	6 821 553	99,93	3 852 806	99,96	1 249 590	99,96	6 912 380	99,95	3 001 030	99,95	1 275 671	99,95

FONTE: INCRA.

Tabela 3

Evolução do rebanho, do abate e da taxa de desfrute de bovinos no Rio Grande do Sul — 1920-39

ANOS	REBANHOS		ABATE (1)		TAXA DE DESFRUTE	
	Valores Absolutos	Valores Relativos	Valores Absolutos	Valores Relativos	Valores Absolutos %	Valores Relativos
1920	9 171 700	100	868 910	100	9,5	100
1921	9 776 900	106	978 387	112	10,0	105
1922	9 935 260	108	1 006 876	123	10,1	106
1923	9 342 420	102	1 229 321	141	13,1	138
1924	9 586 620	104	1 162 872	134	12,1	127
1925	10 085 620	110	1 416 895	163	14,0	147
1926	10 585 610	115	1 004 050	115	9,4	99
1927	10 542 220	115	1 010 939	116	9,5	100
1928	10 672 090	116	1 071 865	123	10,0	105
1929	10 664 010	116	1 040 932	120	9,7	102
1930	10 672 650	116	1 010 000	116	9,4	99
1931	10 246 090	112	810 000	93	7,9	83
1932	10 056 240	110	870 000	100	8,6	90
1933	10 025 140	109	970 000	111	9,6	101
1934	9 898 090	108	1 030 000	118	10,4	109
1935	9 409 000	102	1 240 000	143	13,2	138
1936	8 920 000	97	1 140 000	131	12,8	135
1937	8 431 000	92	1 389 320	160	16,5	174
1938	7 941 540	86	1 199 670	138	15,1	158
1939	8 187 160	89	1 252 258	144	15,3	161

FONTE: 1920/34: RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Mensagem à Assembleia Legislativa 1922, 1923, 1925, 1927, 1930 1935. Porto Alegre [s.d.].

1938/39: ANUÁRIO AGROPECUÁRIO 1938/1939. Porto Alegre, DEE, 1941.

1920/26: PIMENTEL, F. O Rio Grande do Sul e suas riquezas. Porto Alegre, Continente [s. d.].

1927/28: RIO GRANDE DO SUL, op. cit.

1938/39: ANUÁRIO, op. cit.

1929 e 1935/37: Interpolação Linear.

(1) Abate no período 1930-37: número total de bovinos abatidos para charque, frios e conservas (Instituto Sul-Riograndense de Carnes) em cada ano mais 410.000 cabeças, constantes ao longo do período, que corresponderia ao abate de carne verde para abastecimento do mercado local. Corresponde aproximadamente aos dados de abates em matadouros, no período 1920-26, fornecidos por Pimentel, e abates de bovinos para consumo de carne verde em matadouros e estabelecimentos particulares, em 1936/37, fornecidos pelo DEE.

Tabela 4

Evolução do rebanho, do abate e da taxa de desfrute de suínos
no Rio Grande do Sul — 1920-39

ANOS	REBANHO (número de cabeças) 1	ABATE (número de cabeças) 2	RELATIVO DO REBA- NHO 3	REBANHO ABATE (%) 4	TAXA DE DESFRU- TE 5=2/1	RELATIVO DA TAXA DE DES- FRUTE 6
1920	5 757 100	-	100	-	-	-
1921	6 038 800	-	104	-	-	-
1922	6 083 500	1 065 863	106	100	17,5	100
1923	5 292 580	-	92	-	-	-
1924	6 518 550	-	113	-	-	-
1925	5 643 200	1 031 700	98	96	18,3	104
1926	5 917 580	1 441 900	103	135	24,4	139
1927	5 931 810	1 573 500	103	148	26,5	151
1928	5 956 240	1 603 600	103	150	27,0	154
1929	5 933 140	1 513 600	103	142	25,5	146
1930	5 981 220	-	104	-	-	-
1931	5 417 870	-	94	-	-	-
1932	5 435 580	-	94	-	-	-
1933	5 178 350	-	90	-	-	-
1934	5 117 900	-	89	-	-	-
1935	-	-	-	-	-	-
1936	-	-	-	-	-	-
1937	-	-	-	-	-	-
1938	4 231 300	1 092 461	73	102	25,8	147
1939	4 109 700	1 256 128	71	117	30,6	175

FONTE: 1920/34: RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. *Mensagem à Assemblêia Legislativa 1922, 1923, 1925, 1927, 1930, 1935.* Porto Alegre, [s.d.].

1938/39: ANUÁRIO AGROPECUÁRIO 1938/1939. Porto Alegre, DEE, 1941. RIO GRANDE DO SUL, op. cit.

Tabela 5

Evolução do rebanho ovino e da produção de lã
no Rio Grande do Sul — 1920-39

ANOS	REBANHO		LÃ	
	Cabeças	Relativos	t	Relativos
1920	5 059 700	100	7 933	100
1921	5 294 950	102	8 471	107
1922	5 507 160	105	9 362	118
1923	5 272 000	104	8 468	107
1924	4 891 900	97	8 829	111
1925	6 180 400	122	9 888	125
1926	6 734 140	133	10 775	136
1927	6 954 440	137	11 127	140
1928	7 173 980	142	14 478	182
1929	7 276 720	144	11 658	147
1930	7 371 960	146	-	-
1931	7 351 000	145	-	-
1932	7 467 270	147	-	-
1933	8 272 780	163	-	-
1934	8 551 870	169	-	-
1935	7 850 000	155	-	-
1936	7 206 000	142	-	-
1937	6 615 000	131	-	-
1938	6 014 600	119	10 532	133
1939	6 073 700	120	10 636	134

FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. *Mensagem à Assembléia Legislativa* 1922, 1923, 1925, 1927, 1930, 1935. Porto Alegre [s. d.].

ANUÁRIO AGROPECUÁRIO 1938/1939. Porto Alegre, DEE, 1941.

Tabela 6

Evolução do valor das exportações do Rio Grande do Sul para os demais estados e exterior — 1920-39

ANOS	PARA OS DEMAIS ESTADOS		PARA O EXTERIOR		TOTAL	
	Valor (Cr\$)	%	Valor (Cr\$)	%	Valor (Cr\$)	%
1920	115 480	58,4	82 399	41,6	197 879	100
1921	126 305	58,8	88 655	41,2	214 960	100
1922	158 099	67,8	74 973	32,2	233 072	100
1923	184 162	59,2	126 989	40,8	311 151	100
1924	295 865	71,5	118 078	28,5	413 943	100
1925	353 415	74,6	120 582	25,4	473 997	100
1926	279 497	80,4	67 948	19,6	347 445	100
1927	324 217	78,0	91 699	22,0	415 916	100
1928	413 092	71,1	167 631	28,9	580 723	100
1929	389 290	72,0	151 503	28,0	540 793	100
1930	326 531	64,3	181 451	35,7	507 982	100
1931	269 205	65,7	140 432	34,3	409 637	100
1932	300 424	81,6	67 582	18,4	368 006	100
1933	329 523	77,6	95 361	22,4	424 884	100
1934	303 208	74,0	106 677	26,0	409 885	100
1935	342 380	63,1	200 321	36,9	542 701	100
1936	498 981	73,1	183 823	26,9	682 804	100
1937	654 050	74,2	226 767	25,8	880 817	100
1938	599 385	72,2	230 776	27,8	830 161	100
1939	641 159	68,6	292 979	31,4	934 138	100

FONTE: INDICADORES ECONÔMICOS RS. Porto Alegre, v.5, n.1, jan./jun. 1977.

Tabela 7

Evolução da produção e exportação do arroz do Rio Grande do Sul — 1920-1939

ANOS	PRODUÇÃO						EXPORTAÇÃO					
	t (1 000)		Valor (Cr\$ 1 000)				t (1 000)		Valor (Cr\$ 1 000)			
			Corrente		Deflacionado (1)				Corrente		Deflacionado (1)	
	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo
1920	132	100	46	100	46,0	100	36	100	18,0	100	18,0	100
1924	144	109	52	113	38,5	84	42	116	34,5	192	25,5	142
1928	220	167	76	165	56,3	122	79	219	66,0	366	48,9	271
1932	206	156	52	113	50,3	109	83	230	38,0	211	36,7	204
1936	228	173	94	204	74,7	162	158	439	106,0	589	84,2	467
1939	326	247	124	270	86,4	188	216	600	130,0	722	90,6	503

FONTE: Produção: INCRA.

Exportação: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1920/1941. Porto Alegre, DEE, 1921/1942.

VILLELA, A. & SUZIGAN, W. *Política do governo e desenvolvimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA [s.d.].

(1) Valores correntes deflacionados pelo Índice de Preços apresentado por Villela e Suzigan.

Tabela 8

Evolução da produção e exportação de batata do Rio Grande do Sul — 1920-1939

ANOS	PRODUÇÃO						EXPORTAÇÃO					
	t (1 000)		Valor (Cr\$ 1 000)				t (1 000)		Valor (Cr\$ 1 000)			
			Corrente		Deflacionado (1)				Corrente		Deflacionado (1)	
	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo
1920	109	100	15,3	100	15,3	100	5	100	1	100	1,0	100
1924	125	115	19,5	193	21,8	142	11	220	3,5	350	2,6	260
1928	128	117	33,1	216	24,5	160	27	540	7	700	5,2	520
1932	133	122	30,5	199	29,5	193	18	360	3,5	350	3,4	340
1936	131	120	35,6	233	28,3	185	21	420	6,5	650	5,2	520
1939	186	170	44,1	288	30,7	201	32,5	650	14	1 400	9,8	980

FONTE: Produção: INCRA.

Exportação: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1920/1941. Porto Alegre, DEE, 1921/1942.

VILLELA, A. & SUZIGAN, W. *Política do governo e desenvolvimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA [s.d.].

(1) Valores correntes deflacionados pelo Índice de Preços apresentado por Villela e Suzigan.

Tabela 9

Evolução da produção e exportação de feijão do Rio Grande do Sul — 1920-1939

ANOS	PRODUÇÃO						EXPORTAÇÃO					
	t (1 000)		VALOR (Cr\$ 1 000)				t (1 000)		VALOR (Cr\$ 1 000)			
			Corrente		Deflacionado (1)				Corrente		Deflacionado (1)	
	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo
1920	121	100	30	100	30,0	100	11	100	3	100	3,0	100
1924	126	104	41	137	30,3	101	49	445	28	933	20,7	690
1928	137	114	53	177	39,3	131	40	364	24,5	817	18,2	607
1932	144	120	39	130	37,7	126	38	345	13	433	12,6	420
1936	145	120	43	143	34,2	114	32	291	13	433	10,3	343
1939	109	91	43	143	30,0	100	48	436	26	867	18,1	603

FONTE: Produção: INCRA.

Exportação: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1920/1941. Porto Alegre, DEE, 1921/1942.

VILLELA, A. & SUZIGAN, W. *Política do governo e desenvolvimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA [s.d.].

(1) Valores correntes deflacionados pelo Índice de Preços apresentado por Villela e Suzigan.

Tabela 10

Evolução da produção e exportação de fumo em folha do Rio Grande do Sul — 1920-1939

ANOS	PRODUÇÃO						EXPORTAÇÃO					
	t (1 000)		Valor (Cr\$ 1 000)				t (1 000)		Valor (Cr\$ 1 000)			
			Corrente		Deflacionado (1)				Corrente		Deflacionado (1)	
	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo	Abso- luto	Rela- tivo
1920	15,3	100	6,1	100	6,1	100	15,3	100	7	100	7	100
1924	16,8	110	13,4	220	9,9	162	16,8	110	23	328	17	243
1928	30,2	198	33,2	544	24,6	403	30,2	198	26	371	19,3	276
1932	30,5	200	42,1	690	40,7	667	30,5	200	13	185	12,6	180
1936	33,7	221	55,2	905	41,5	680	33,7	221	33	471	26,2	374
1939	31,2	204	57,0	934	39,7	651	31,2	204	46,5	664	32,4	463

FONTE: Produção: INCRA.

Exportação: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1920/1941. Porto Alegre, DEE, 1921/1942.

VILLELA, A. & SUZIGAN, W. *Política do governo e desenvolvimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA [s.d.].

(1) Valores correntes deflacionados pelo Índice de Preços apresentado por Villela e Suzigan.

Tabela 11

Evolução da produção e exportação de charque do Rio Grande do Sul — 1920-39

ANOS	PRODUÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	Toneladas	Relativo	Toneladas	Relativo
1920	45 322	100	35 504	100
1921	62 026	137	34 590	97
1922	59 077	130	53 672	151
1923	72 994	161	63 749	179
1924	59 545	131	54 519	153
1925	78 579	173	58 236	164
1926	49 918	110	62 486	176
1927	58 289	129	61 411	173
1928	72 343	160	53 836	152
1929	52 679	116	45 879	129
1930	33 022	73	35 695	100
1931	25 001	55	32 385	91
1932	36 773	81	40 874	115
1933	45 512	100	51 084	144
1934	48 724	107	54 594	154
1935	66 391	146	69 775	196
1936	50 878	112	54 294	153
1937	63 919	141	61 448	173
1938	48 687	107	44 905	126
1939	48 143	106	49 735	140

FONTE: SILVA, Austricínio G. & GUERRA, Aldrovaando. *Exportação de charque no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, DEE [s.d.].

Tabela 12

Evolução da produção e exportação de lã do Rio Grande do Sul — 1920-39

ANOS	PRODUÇÃO						EXPORTAÇÃO					
	Toneladas		Valor (Cr\$ 1 000)				Toneladas		Valor (Cr\$ 1 000)			
			Corrente		Deflacionado (1)				Corrente		Deflacionado (1)	
	Abso-luto	Rela-tivo	Abso-luto	Rela-tivo	Abso-luto	Rela-tivo	Abso-luto	Rela-tivo	Abso-luto	Rela-tivo	Abso-luto	Rela-tivo
1920	7 933	100	18 915	100	18 915	100	2 885	100	6 879	100	6 265	100
1921	8 471	107	10 684	56	12 700	67	4 791	166	6 043	88	6 526	104
1922	9 362	118	11 454	88	20 600	109	5 133	178	9 186	133	10 298	164
1923	8 468	107	25 222	133	22 800	121	4 095	142	12 197	177	10 122	162
1924	8 829	111	38 093	201	28 100	149	4 084	141	17 621	256	11 874	190
1925	9 888	125	41 346	218	28 300	150	4 309	149	18 018	262	11 247	180
1926	10 775	136	27 312	144	20 700	109	7 728	268	19 589	285	13 538	216
1927	11 127	140	30 078	159	22 300	118	6 479	224	17 514	255	11 850	189
1928	14 478	182	57 139	302	42 300	224	5 998	208	23 672	344	15 984	255
1929	11 658	147	48 916	259	34 100	180	5 772	200	24 219	352	15 505	247
1930	-	-	-	-	-	-	8 626	299	16 635	242	13 027	208
1931	-	-	-	-	-	-	8 246	286	13 267	193	11 378	182
1932	-	-	-	-	-	-	4 891	169	9 714	141	8 551	136
1933	-	-	-	-	-	-	6 884	239	17 332	252	15 600	249
1934	-	-	-	-	-	-	5 758	199	20 535	298	18 237	297
1935	-	-	-	-	-	-	9 718	337	39 098	568	34 028	543
1936	-	-	-	-	-	-	8 598	298	38 488	559	27 849	444
1937	-	-	-	-	-	-	6 093	211	44 144	641	27 233	435
1938	10 532	133	65 894	348	44 900	237	9 650	334	60 376	877	37 454	598
1939	10 636	134	67 963	359	47 800	253	7 060	245	45 113	655	27 209	434

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1920/1941. Porto Alegre, DEE, 1921/1942.

VILLELA, A. & SUZIGAN, W. *Política do governo e desenvolvimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA [s. d.].

(1) Valor corrente deflacionado pelo Índice de Preços apresentado por Villela e Suzigan.

Tabela 13

Exportações de produtos agropecuários do Rio Grande do Sul — 1920-39

ANOS	BANHA		CARNES FRIGORIFICADAS		CHARQUE		VINHO		CÔUROS SECOS E SALGADOS	
	t	Cr\$ 1 000	t	Cr\$ 1 000	t	Cr\$ 1 000	t	Cr\$ 1 000	t	Cr\$ 1 000
1920	25 176	34	24 103	19	35 503	43	2 987	1	14 074	15
1921	22 847	33	32 548	26	34 591	42	4 669	2	22 380	18
1922	21 512	34	2 933	2	53 672	56	7 197	3	28 816	26
1923	34 410	41	11 200	9	63 749	60	11 211	8	31 528	45
1924	27 338	50	12 931	13	54 519	77	11 438	7	28 048	46
1925	21 141	74	19 012	19	58 236	93	15 177	10	28 893	51
1926	44 035	75	1 993	2	62 486	69	16 644	11	20 988	25
1927	48 123	83	9 580	13	61 411	74	19 774	12	23 478	28
1928	42 694	83	19 049	27	53 836	97	26 191	21	27 667	73
1929	41 617	78	9 474	13	45 879	105	22 567	18	19 920	49
1930	45 954	82	53 907	74	35 695	80	14 544	11	20 828	38
1931	39 888	63	23 895	32	32 062	61	26 130	17	18 981	29
1932	35 684	50	11 193	16	40 875	70	36 898	22	18 374	17
1933	48 648	51	21 277	31	51 084	75	46 685	33	17 961	17
1934	31 742	27	20 351	19	54 594	70	40 164	31	21 334	35
1935	38 944	54	26 018	25	69 775	100	39 151	27	26 573	46
1936	44 716	95	33 621	34	52 291	54	49 402	39	19 381	49
1937	53 118	131	33 265	32	59 959	107	46 465	41	25 981	78
1938	24 286	72	19 645	17	44 909	92	32 315	30	23 349	65
1939	31 361	86	19 921	16	49 723	128	34 712	32	25 242	65

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA EXPORTAÇÃO 1920/1941. Porto Alegre, DEE, 1921/1942.

Tabela 14

Evolução dos preços reais das exportações do Rio Grande do Sul — 1920-39

(Cr\$ 1 000)

ANOS	ÍNDICE DE PREÇOS	BANHA	CARNES FRIGORIFICADAS	CHARQUE	VINHO	COUROS
1920	109,8	30,9	17,3	39,2	0,9	13,7
1921	92,6	35,6	28,1	45,4	2,2	19,4
1922	89,2	38,1	2,2	62,8	3,4	29,1
1923	120,5	34,0	7,5	49,8	6,6	38,2
1924	148,4	33,7	8,8	51,9	4,7	31,0
1925	160,2	46,2	11,9	58,0	6,2	31,8
1926	144,7	51,8	1,4	47,7	7,6	17,3
1927	147,8	56,2	8,8	50,1	8,1	18,9
1928	148,1	56,0	18,2	65,5	14,2	49,2
1929	156,2	49,9	8,3	67,2	11,5	31,4
1930	127,7	64,2	57,9	62,6	8,6	29,7
1931	116,6	54,0	27,4	52,3	14,6	24,9
1932	113,6	44,0	14,1	61,6	19,4	15,0
1933	111,1	45,9	27,9	67,5	29,7	15,3
1934	112,6	24,0	16,9	62,2	27,5	31,1
1935	114,9	47,0	21,8	87,0	23,5	40,0
1936	138,2	68,7	24,6	60,8	28,2	35,4
1937	162,1	80,8	19,7	66,0	25,3	48,1
1938	161,2	44,7	10,5	57,1	18,6	40,3
1939	157,6	54,6	10,1	81,2	20,3	41,2

FONTE: VILLELA, A. & SUZIGAN, W. *Política do governo e desenvolvimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA [s. d.].

Tabela 13 (Valores correntes).

Tabela 15

Produção e exportação de couros bovinos, secos e salgados, do Rio Grande do Sul — 1929-1939

ESPECIFICAÇÃO	PRODUÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	Quantidade (t)	Relativos	Quantidade (t)	Relativos
1920	23 460	100	14 074	100
1921	26 335	112	22 380	159
1922	27 416	117	28 816	205
1923	45 310	193	31 528	224
1924	34 960	149	28 048	199
1925	42 136	180	28 893	205
1926	32 644	139	20 988	149
1927	35 299	150	23 478	167
1928	41 230	176	27 667	197
1929	37 458	160	19 920	142
1937	33 604	143	25 981	185
1938	29 022	124	23 349	166
1939	30 233	129	25 242	179

FONTE: PIMENTEL, F. *O Rio Grande do Sul e suas riquezas*. Porto Alegre, Continente [s. d.].
 RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. *Mensagem à Assembléia Legislativa 1922, 1923, 1925, 1927, 1930, 1935*. Porto Alegre, [s. d.].
 ANUÁRIO AGROPECUÁRIO 1938/1939. Porto Alegre, DEE, 1941.
 Cálculos da equipe.

Tabela 16

Evolução dos preços pagos ao produtor e do índice de preços no Rio Grande do Sul — 1931-39

ANOS	PREÇOS PAGOS AO PRODUTOR POR QUILO DO BOI VIVO NA BALANÇA (Cr\$/kg) (1)		ÍNDICE DE PREÇOS
	Absolutos	Relativos	
1931	0,435	100	100
1932	0,391	90	97
1933	0,321	74	95
1934	0,373	86	96
1935	0,408	94	98
1936	0,569	131	118
1937	0,712	164	139
1938	0,773	178	138
1939	0,733	169	135

FONTE: VILLELA, A. & SUZIGAN, W. *Política do governo e desenvolvimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA [s. d.].

PIMENTEL, F. *Charqueadas e frigoríficos*. [s.n.t.] p.143.

(1) Média aritmética dos preços pagos pelos novilhos e vacas nos frigoríficos e charqueadas de Rosário, Rio Grande, Bagé, Guaíba e Dom Pedrito pela Cia. Swift do Brasil S/A, por Rodolfo Boglia e Cia. Ltda., Frederico Linck e Cia. e Indústria Pedritense de Carnes respectivamente.